

SUMÁRIO

I- ATA DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA, 16 de janeiro de 1991.....001

1.1- ABERTURA

1.2- PEQUENO EXPEDIENTE

1.2.1- COMUNICADOS DE LÍDERES

Deputado Peniel Pacheco, em nome do Bloco Solidariedade

- Apoio ao projeto de construção do Metrô de superfície no Distrito Federal.

Deputado Manoel Andrade, em nome da Bancada do PTR
- Manifestação de indignação pela apresentação de projeto que visa a conceder isenção do ICMS aos motoristas de taxi, de autoria do Deputado Benício Tavares.

Deputado fernando Naves, em nome do Bloco Progressista
- Crítica a discriminação com que foi tratado um policial nas dependências desta Casa.

1.2.2 - COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

Deputado Carlos Alberto (PCB)
-Referências ao projeto de resolução nº 002, que prevê a instalação da comissão que tratará da estruturação da Câmara Legislativa do DF.

Deputado Peniel Pacheco (PST)
- Pronunciamento em solidariedade aos agricultores do Distrito Federal.

Deputado Manoel Andrade (PTR)
- Parabenização à Associação dos Chacareiros do Distrito Federal, presentes na galeria desta Casa.

Deputada Lúcia carvalho
- Críticas à política salarial adotada pelo Governo do Distrito Federal

Deputado Pedro Celso (PT)
- Solicitação de registro, nos Anais desta Casa, da matéria publicada pelo jornal "BSB Brasil" intitulada "PT pode bloquear Metrô na Câmara", assinada pela jornalista Isabel Braga

Deputado Benício Tavares (PDT)
- Apresentação do Projeto de Lei que estende ao ICMS a isenção relativa ao IPI para aquisição de veículos por profissionais autônomos e deficientes físicos.

1.3 ORDEM DO DIA

- Projeto de Resolução, em regime de urgência, que propõe o detalhamento da dotação orçamentária destinada à Câmara Legislativa para 1991 e respectivo cronograma de desembolso. Aprovado com 18 votos favoráveis.

1.4 GRANDE EXPEDIENTE

Deputado Manoel Andrade (PTR)
-Comentário sobre a situação dos funcionários da NOVACAP.
-Preocupações com a articulação de um movimento para

neutralizar um sindicato combativo, como o dos rodoviários, patrocinado pelo PDT do Distrito Federal

Deputado Pedro Celso (PT)
-Registro da presença dos rodoviários de Brasília que visitam esta casa
-Discurso de apoio ao Sindicato dos Rodoviários, que reivindicam reposição salarial para toda a categoria a partir de janeiro de 1991.

Deputado Aroldo satake (PPR)
-Pronunciamento em defesa dos pequenos chacareiros de Águas Claras.

Deputado Wasny de Roure (PT)
-Referências ao uso indiscriminado de agrotóxicos em áreas de produção agrícola, causando danos irreparáveis àqueles que lidam com a terra.

Deputado Agnelo Queiroz (PC do B)
- Leitura de nota oficial do Partido Comunista do Brasil com relação à guerra do Golfo Pérsico.

Deputado José Edmar Cordeiro (PSL)
-Comentários sobre a criação da CPI que investigará o assentamento de produtores rurais do Distrito Federal.

1.5 - ENCERRAMENTO

LATA DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 17 DE JANEIRO DE 1991.....019

1.1 ABERTURA

1.2 PEQUENO EXPEDIENTE

1.2.1 COMUNICADOS DE LIDERANÇA

Deputada Lúcia Carvalho, em nome da bancada do PT.
- Pronunciamento em protesto pela forma com que a Rede Globo de Televisão vem fazendo os noticiários, caracterizando como espetacular o ataque ocorrido em Bagdá nesta madrugada.
Deputado Peniel Pacheco, em nome do bloco solidariedade.
- Parabenização a Deputada Lúcia Carvalho pelo seu pronunciamento no dia 13 de janeiro, que trouxe importantes informações sobre as atividades das escolas do Distrito Federal.

1.2.2 COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

Deputado Edimar Pireneus (PDT)
- Apresentação do Projeto de Lei, que implanta eleições diretas para Administradores Regionais do DF.

Deputado Wasny de Roure (PT)
- Comentários sobre o assentamento da Vila do Varjão.

Deputado Pedro Celso (PT)
- Pronunciamento em repúdio à manipulação de informações sobre a guerra do Golfo Pérsico e menção ao pedido de substituição do Diretor administrativo da T.C.B efetuado por todos ex-diretores superintendentes desta empresa.

Deputado Jorge Cauhy (OL)
- Discurso de solidariedade ao Presidente desta Casa.

Deputado José Edmar Cordeiro (PSL)
- Apresentação de Projeto de Lei, que autoriza o governo do Distrito Federal a celebrar convênio com o governo de Goiás, ministério da Infra-estrutura e a Rede-Ferroviária visando ao transporte de passageiros.

Deputado Geraldo Magela (PT)
- Comentários sobre a apresentação do projeto de Lei, que

estabelece eleições diretas para os administradores Regionais no prazo de 180 dias após a publicação da respectiva Lei.

1.3 ORDEM DO DIA

Votação em 2º turno do Requerimento de urgência para o Projeto de Resolução nº 12, de 1991, sobre a aprovação do detalhamento da dotação orçamentária prevista no Orçamento do DF, para o exercício de 1991 respectivo cronograma de desembolso. Aprovado.

1.4 GRANDE EXPEDIENTE

Deputado Fernando Naves (PDC)

- Apresentação de Projeto de Decreto Legislativo, "que dispõe sobre a privatização de entidades públicas do Distrito Federal", de Projeto de Lei, que estabelece critérios e abre concessão de cotas para distribuição de casas ou lotes **semi-urbanizados** no Programa de Assentamento do Distrito Federal", requerimento dirigido ao Sr. Presidente desta Casa solicitando ao Sr. governador do Distrito Federal que encaminhe a esta Câmara Legislativa, Projeto de Lei propondo a criação da Secretária de Defesa do consumidor do DF.

Deputado Geraldo Magela (PT)

- Discurso em repúdio às acusações que responsabilizam o PT pelo atraso dos trabalhos desta Casa.

Deputado Agnelo Queiroz (PC do B)

- Pronunciamento em protesto pela demora da elaboração do Regimento Interno desta Casa.

- Registro do "Dia do Farmacêutico" comemorado no dia 20 de janeiro.

Deputado Peniel Pacheco (PST)

Comentários sobre inúmeras obras inacabadas no Distrito Federal, que vem comprometendo o projeto urbanístico desta Capital.

Deputado Benício Tavares (PDT)

- Apresentação de projetos de lei;

Nº 021, de 1991, que "Determina ao poder Executivo do Distrito Federal a adoção progressiva do horário integral nas escolas da Rede Pública, na forma que especifica, e dá outras providências".

Nº 022, de 1991, que "Determina ao poder executivo do Distrito Federal a construção de estabelecimento escolares específicos para o atendimento à faixa de zero à seis anos, na forma que consiga e dá outras providências".

1.5 COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

- Convocação dos membros da Comissão de Constituição e Justiça para reunião informal.

- Convocação de sessão ordinária para amanhã, às 09 horas e 30 minutos.

1.6 ENCERRAMENTO

LATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 18 DE JANEIRO DE 1991 035

1.1. ABERTURA

1.2. PEQUENO EXPEDIENTE

1.2.1. LEITURA DAS ATAS DAS SESSÕES ANTERIORES

1.2.2. COMUNICADOS DA MESA

- Ofício da Presidência desta Casa ao Sr. governador do DF, comunicando aprovação do requerimento da deputada Lúcia Carvalho que "solicita o envio a esta Casa do Plano de Governo do Distrito Federal".

- Pedido de informações ao governo do Distrito Federal sobre a Sociedade de Habitação e Interesses Sociais - SHIS, solicitando esclarecimentos sobre os critérios utilizados para distribuição de lotes residenciais nos assentamentos de Santa Maria, Riacho Fundo, Areai e outros existentes em Brasília.

- Requerimento de autoria do deputado Gilson Araújo, que "solicita seja designada a Comissão de Constituição e Justiça

desta Casa como responsável pela elaboração e apresentação, no prazo de cinco dias, de um Projeto de Regimento Interno para esta Câmara Legislativa".

- Requerimento de autoria do deputado Padre Jonas, que "solicita tramitação em regime de urgência para o Projeto de Resolução nº 014/91, que estabelece prioridades para discussão e votação de matérias pela Câmara Legislativa do Distrito Federal".

- Projeto de Resolução de autoria do deputado José Edmar, que "cria cargos em comissão e funções de confiança na Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências".

- Projeto de Resolução de autoria de do deputado Cláudio Monteiro, que "cria o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal".

1.2.3. COMUNICADOS DE LIDERANÇA

- Deputada Rose Mary Miranda, em nome do PTR.

Comentários sobre matéria publicada no "Jornal de Brasília", no dia 08 de janeiro de 1991, com referência ao abate e à comercialização de carne sem inspeção dos órgãos de defesa da saúde pública e comunica a elaboração do projeto de lei instituindo a criação de abatedouros públicos e projeto tratando do programa de creches comunitárias.

- Deputado José Edmar, em nome do PSL

Apresentação de Pedido de Informação ao governo do Distrito Federal, acerca do critério utilizado para distribuição de lotes residenciais nos assentamentos existentes no DF pela Sociedade de Habitação e Interesses Sociais-SHIS.

-Deputado Tadeu Roriz, em nome do PSC

Apelo à NOVACAP e DETRAN para que tomem providências em relação ao trecho 3, no Setor de Industrias, onde vem ocorrendo vários acidentes. Alerta sobre as invasões e desmatamentos às margens do Lago Paranoá e solicita ao governo do Distrito Federal prioridade para recuperação do lago.

-Deputado Gilson Araújo, em nome do PTR

Encaminha à Mesa requerimento a propósito do Regimento Interno desta Casa.

-Deputado Carlos Alberto, em nome do PCB

Transmite apoio ao deputado Gilson Araújo em relação ao requerimento apresentado.

Deputado Aroudo Satake, em nome do PDS

Comentários sobre o Projeto Aguas Claras, apoiando os produtores de hortifrutigranjeiros no DF.

Repúdio a toda e qualquer intervenção em relação aos conflitos ocorridos no Golfo Pércico.

Deputado Edimar Pireneus, em nome do PDT

-Solicita ao governo do DF a instalação de Juizados de Pequenas Causas nas cidades satélites.

Reitera protestos e preocupação em relação à grave situação do Sistema Hospitalar do DF.

Menção à matéria publicada pelo Jornal Correio Braziliense em relação à sua pessoa.

-Deputado Padre Jonas, em nome do PDT

Encaminha à mesa requerimento que "estabelece prioridade para apreciação do Projeto de Resolução nº 014/91.

1.3. GRANDE EXPEDIENTE

-Deputado Wasny de Roure (PT)

Denúncia em relação ao quadro de grave e aguda carência nutricional no DF e sugere uma reforma agrária sob o comando dos trabalhadores.

-Deputado Agnelo Queiroz (PC do B)

Explanação referente ao seu posicionamento em relação às instituições públicas de saúde para efeito de discussão na Lei Orgânica.

-Deputado Manoel de Andrade (PTR)

Parabeniza o Sr. Governador pelas decisões de Construir passarelas nos Eixos Rodoviários Sul e Norte e de assentar o Varjão.

-Deputado José Edmar (PSL)
Comunica sua presença em reunião em Samambaia para discutir programas de atendimento àquela cidade.
Apresenta à Mesa Projeto de Resolução que "cria cargos em comissão e funções de confiança na Câmara Legislativa do DF e dá outras providências".

1.4. COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Convocação para a próxima sessão a **realizar-se** segunda-feira às 14:30h.

1.5. ENCERRAMENTO.

1- ATA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA, 21 de janeiro de 1.991.....047

1.1- ABERTURA

1.2- PEQUENO EXPEDIENTE

1.2.1- COMUNICADOS DA MESA

-Projeto de Lei nº 198/83, de autoria do Senador Mauro Borges, que "**estabelece** a Região Metropolitana de Brasília e disciplina o respectivo sistema administrativo metropolitano"

-Projeto de Lei nº 001/89, de autoria do Senador Pompeu de Souza, que "**regulamenta** para o Distrito Federal o princípio da "gestão democrática do ensino público" estabelecido pelo art. 206, item VII, da Constituição Federal."

-Projeto de Lei nº 002/89, de autoria do Senador Pompeu de Souza, que estabelece **diretrizes**, critérios e conteúdos mínimos para elaboração do Plano Diretor do Distrito Federal para sua aprovação e dá outras providências."

-Projeto de Lei nº 023/89, de autoria da Comissão do Distrito Federal, (apresentado em atendimento à sugestão do Deputado Augusto Carvalho) e que "dispõe sobre a participação popular no Processo Legislativo do Distrito Federal."

Projeto de Lei nº 044/89, de autoria da Comissão do Distrito Federal, (apresentado em atendimento à sugestão do Deputado Valmir Campello) que "autoriza o Governo do Distrito Federal a instituir a Fundação Universidade Regional do Distrito Federal e dá outras providências."

-Projeto de Lei nº 049/89, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que "dispõe sobre o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais do Distrito Federal e dá outras providências."

-Projeto de Lei nº 053/89, de autoria do Governador do Distrito Federal, que "dispõe sobre o código de penas do distrito Federal."

-Projeto de Lei nº 058/89, de autoria do Senador Pompeu de Souza, que "dá a denominação de "Parque da Cidade" ao "Parque Recreativo Rogério Pithon Farias."

-Projeto de Lei nº 060/89, de autoria do Senador Áureo Mello, que "regulamenta o tratamento acústico em casas de diversões que funcionam com músicas ao vivo ou eletrônicas no Distrito Federal."

-Projeto de Lei nº 068/89, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que "limita a execução orçamentária durante o exercício financeiro de 1.990."

-Projeto de Lei nº 017/90, de autoria do Governador do Distrito Federal, que "cria a carreira de Administração Pública da Fundação de Amparo ao Trabalhador Pleno do Distrito Federal e **seus** empregos permanentes, fixa o valor de seus salários e dá outras providências."

-Projeto de Lei nº 025/90, de autoria do Governador do Distrito Federal, que "autoriza **desafetação** de domínio de bens de uso do povo, situado entre as quadras QNN 11 e QNM 13- **Administração** Regional de Ceilândia- **RA 9-DF**."

-Projeto de Lei nº 035/90, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que "**dispõe** sobre o fornecimento gratuitos de uniformes escolares."

-Projeto de Lei nº 036/90, de autoria do Governador do distrito Federal, que "autoriza a desafetação de domínio de bens de uso do povo, situado na Região Administrativa de Ceilândia, dentro dos limites territoriais do Distrito **Federal**."

-Projeto de Lei nº 037/90, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que "autoriza o Poder Executivo de Distrito Federal a conceder isenção de impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias na aquisição de automóveis e dá outras providências."

-Projeto de Lei nº 042/90, de autoria do Governador do Distrito Federal, que cria empregos em Comissão na Tabela de Empregos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal e dá outras providências."

-Projeto de Lei nº 044/90, de autoria do Governador do distrito Federal, que "autoriza a desafetação de domínio de bens públicos de uso comum do povo, situada no Setor Hoteleiro Norte - Região Administrativa do Plano Piloto **RA-1-Distrito Federal**."

-Projeto de Lei nº 052/90, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que "dispõe sobre a utilização de cercas nos terrenos adjacentes a imóveis residenciais, localizados nos Setores de Habitações Coletivas e Germinadas Norte - SHCGN e Individuais Germinados Sul - **SHIGS** - e dá outras providências."

-Projeto de Lei nº 061/90, de autoria do Governador do Distrito Federal, que "dispõe sobre a alteração da denominação dos cargos de Assistentes Jurídicos, de que trata a lei nº 64, de 14 de dezembro de 1.989, para Defensor Público de Distrito Federal."

-Projeto de Lei nº 068/90, de autoria do Governador do Distrito Federal, que "autoriza a Fundação Hospitalar a compensar dias de serviços não prestados em função de greves e dá outras providências."

-Projeto de Lei nº 054/90, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que "**cria** a Ouvidoria Geral do Distrito **Federal**."

-Anteprojeto de Lei, de autoria do Deputado Francisco Carneiro, que "dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas Regionais de **Ceilândia - RA 3**."

-Anteprojeto de Lei de autoria do Deputado Valmir Campello, que "cria, em caráter permanente, no efetivo da Polícia **Militar** do Distrito Federal, o Batalhão de Polícia de trânsito."

-Projeto de Resolução nº 021/87, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que "dispõe sobre a autorização prévia do Senado Federal a viagens do Governador do Distrito **Federal**."

- Projeto de Resolução nº 46/89, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que "susta os efeitos do **Direito 1.569**, de 17.05.89, do Governador do Distrito Federal, que institui normas para a a concessão de Direito real de uso de terreno ."

- Mensagem nº 32/90, de 15.02.90 (6/90 na origem) , "encaminhado ao Senado Plano de Governo de 1990."

- Mensagem nº 33, de 15.02.90 (ofício nº 239/90 na origem) "encaminhando relatório das atividades do Governo relativo a 1989."

- Mensagem nº 55, de 15.04.90 (nº 28/90 na origem), "encaminhando prestação de contas do Governo relativa ao exercício de 1989."

- Ofício do Tribunal de Contas do Distrito Federal, nº 5/39, de 14.09.87 (nº 1349/87 na origem), * encaminhando parecer do Tribunal de Contas do **Distrito** Federal sobre contas relativas ao exercício de 1986."

- Denúncia de 08 de agosto de 1989, do advogado Pedro Maurício **Calmon**, que " solicita a **CPI** para apreciar irregularidades que menciona."

- Projeto de Lei nº 019/91, da Deputada Rose **Mary** Miranda, "instituindo o sistema de creche e **pré-escola** comunitária no âmbito do Distrito Federal."

- Projeto de Lei nº 022/91, do Deputado **Benício** Tavares, estabelecendo a construção de estabelecimentos escolares específicos para atendimento da faixa etária de zero a seis anos."

- Projeto de Lei nº 021/91, do Deputado **Benício** Tavares, "determinando a adoção progressiva do horário integral para as escolas da rede pública do Distrito Federal."

- Mensagem do Gabinete do Governador, encaminhando o

Plano do Governo do Distrito Federal referente ao quadriênio de 1991/1994.

- Projeto de Resolução, que "cria cargos, comissões e gratificações na CLDF, e dá outras providências."

- Projeto de Resolução nº 015/91, do Deputado Benício Tavares, que "estabelece normas para a realização das sessões legislativas."

-1.2.2- Comunicado de Líderes

Deputada Lúcia Carvalho- em nome da Bancada do PT.

-Registra a entrada no protocolo de Projeto de Regimento da Câmara Legislativa do distrito Federal, de autoria do Partido dos Trabalhadores.

Deputado Fernando Naves- em nome do Bloco Progressista

-Leitura de itens do artigo 37 da Constituição, que fala sobre o ingresso de pessoas no serviço público através de concurso.

1.2.3- Comunicado de Parlamentares

Deputado Manoel Andrade (PTR)

-Apresentação de lei que "visa a autorizar o Governo do distrito Federal a fazer convênios com os Estados da Federação, com o objetivo de conceder isenção de ICMS dos motoristas de taxi.

Deputado Aroldo Satake (PTR)

.Comentários sobre a campanha que o Governo do Distrito Federal juntamente com segmentos da nossa sociedade estão fazendo a favor da "criança abandonada em Brasília."

!Registros e Cumprimentos pelo Dia da Religião.

!Observações sobre os pequenos produtores que enfrentam no seu dia-a-dia obstáculos impostos pela cidade no atendimento ao cidadão.

!Deputado Padre Jonas (PDT)

.Agradecimentos a imprensa, ao Deputado Aroldo Satake

.Apresenta a mesa Requerimento de voto de aplauso, louvor e incentivo à atleta Carmen de Oliveira Furtado, pela segunda colocação na 66ª Corrida Internacional de São Silvestre.

Deputado Wasny de Roure (PT)

.manifesta preocupação com o evento ocorrido na Câmara Legislativa do DF, por ocasião do encontro de produtores rurais com o Secretário da Agricultura.

.Apelo ao Governador Joaquim Roriz com relação aos servidores públicos federais colocados em disponibilidade.

Deputado Jorge Cauhy (PL)

.Discurso sobre Educação, onde aproveita o espaço e solicita ao Governo do DF que determine a criação, na Região do Núcleo Bandeirante de algumas unidades escolares.

.Registra a inauguração de um prédio no Núcleo Bandeirante que conta com uma escola de capacitação profissional no 1º andar.

Deputado Agnelo Queiroz

.Apresenta Projeto de Resolução nº 003, que trata do quadro administrativo provisório da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

1.3- Grande expediente

Deputada Rose Mary Miranda (PTR)

.Apresenta Projeto de Lei, que institui o sistema de creches e Pré-Escolas Comunitárias no âmbito do Distrito Federal.

.Registra a presença de crianças excepcionais nas galerias.

Deputado Benício Tavares (PDT)

.Comentários a favor da construção de creches para as crianças, em especial crianças deficientes.

Deputado Padre Jonas (PDT)

.Parabeniza a Deputada Rose Mary Miranda pela idéia de apresentar o projeto que defende a construção de creches.

Deputada Maria de Lourdes Abadia

.Parabeniza a Deputada Rose Mary Miranda pelo projeto apresentado.

Deputado Agnelo Queiroz

.Colocação sobre a posição oficial do PC do B em relação à guerra do Golfo Pérsico.

Deputado José Edmar

.Apresenta requerimento de urgência urgentíssima para apreciação do Projeto de Resolução nº 3, que cria cargos em comissão e funções na Câmara Legislativa do distrito Federal e dá outras providências.

Deputado Pedro Celso

.Comentários sobre a matéria publicada no "Jornal de Brasília" de 20 de janeiro, intitulada "Roriz tenta neutralizar oposição"

Deputado Carlos Alberto

.Parabeniza os companheiros da Unidade Sindical pelo encontro em Santa, onde os sindicalistas resolveram agregar-se CUT.

1.4- Comunicados da Presidência

Convocação da sessão extraordinária para hoje às 17h30min para votação dos seguintes projetos:

1) Projeto de Resolução nº 002/91, de autoria do Deputado Fernando Naves.

2) Projeto de Resolução nº 003/91, de autoria do Deputado Carlos Alberto.

1.5- Encerramento

SUMÁRIO

TERCEIRA SECRETARIA DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

1 - ATA DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 16 DE JANEIRO DE 1991

1.1 - ABERTURA

1.2 - PEQUENO EXPEDIENTE

1.2.1 - COMUNICADOS DE LÍDERES

Deputado Peniel Pacheco, em nome do Bloco Solidariedade

• Apoio ao projeto de Construção do Metrô de Superfície no Distrito Federal.

Deputado Manoel Andrade, em nome da Bancada do PTR

• Manifestação de indignação pela apresentação de projeto que visa a conceder isenção do ICMS aos motoristas de táxi, de autoria do Deputado Benício Tavares.

Deputado Fernando Naves, em nome do Bloco Progressista

• Críticas à discriminação com que foi tratado um policial, nas dependências desta Casa.

1.2.2. - COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

• Deputado Carlos Alberto (PCB)

• Referências ao projeto de resolução nº 002, que prevê a instalação da comissão que tratará da estruturação da Câmara Legislativa do DF.

• Deputado Peniel Pacheco (PST)

• Pronunciamento em solidariedade aos agricultores do Distrito Federal

• Deputado Manoel Andrade (PTR)

Parabenização à Associação dos Chacareiros do Distrito Federal, presentes na galeria desta Casa.

• Deputada Lúcia Carvalho (PT)

• Críticas à política salarial adotada pelo Governo do Distrito Federal.

• Deputado Pedro Celso (PT)

• Solicitação de registro nos Anais desta Casa, da matéria publicada pelo Jornal "BsB - Brasil" intitulada "PT pode bloquear o Metrô na Câmara", assinada pela jornalista Isabel Braga.

• Deputado Benício Tavares (PDT)

• Apresentação de projeto de lei que estende ao ICMS a isenção relativa ao IPI para aquisição de veículos por profissionais autônomos e deficientes físicos.

1.3 - ORDEM DO DIA

• Projeto de Resolução, em regime de urgência, que propõe o detalhamento da dotação orçamentária destinada à Câmara Legislativa para 1991 e respectivo cronograma de desembolso. Aprovado com 18 votos favoráveis.

1.4 - GRANDE EXPEDIENTE

• Deputado Manoel Andrade (PTR)

• Comentário sobre a situação dos funcionários da NOVA-CAP.

Preocupações com a articulação de um movimento para neutralizar um sindicato combativo, como o dos rodoviários, patrocinado pelo PDT do Distrito Federal.

• Deputado Pedro Celso (PT)

• Registro da presença dos rodoviários de Brasília que visitam esta Casa.

• Discurso de apoio ao Sindicato dos Rodoviários, que reivindicam reposição salarial para toda categoria a partir de janeiro de 1991.

• Deputado Aroldo Satake

• Pronunciamento em defesa dos pequenos chacareiros de Águas Claras.

• Deputado Wasny de Roure (PT)

• Referências ao uso indiscriminado de agrotóxicos em áreas de produção agrícola, causando danos irreparáveis àqueles que lidam com a terra.

Deputado Agnelo Queiroz (PC do B)

• Leitura de nota oficial do Partido Comunista do Brasil com relação à guerra do Golfo Pérsico.

• Deputado José Edmar Cordeiro (PSL)

• Comentários sobre a criação da CPI que investigará o assentamento de produtores rurais do Distrito Federal.

1.5 - Encerramento.

Ata da 8ª Sessão Ordinária, em 16 de janeiro de 1991.

1 - Sessão Legislativa Ordinária, de 1ª Legislatura.

Presidente(s): Sr(s). Deputado(s) Salviano Guimarães e Tadeu Roriz Secretário(s): Sr(s). Deputado(s) Pedro Celso

Às 15 horas e 05 minutos, encontravam-se presentes os Srs.

Deputados:

- Deputado Agnelo Queiroz (PC do B)

- Deputado Aroldo Satake (PDS)

- Deputado Benício Tavares (PDT)

- Deputado Carlos Alberto (PCB)

- Deputado Cláudio Monteiro (PDT)

- Deputado Edimar Pireneus (PDT)

- Deputado Eurípedes Camargo (PT)

- Deputado Fernando Naves (PDC)

- Deputado Geraldo Magela (PT)

• Deputado Gilson Araújo (PTR)

• Deputado Padre Jonas (PDT)

- Deputado Jorge Cauhy (PL)

- Deputado José Edmar (PTR)

- Deputado José Ornellas (PL)

• Deputada Lúcia Carvalho (PT)

• Deputado Manoel Andrade (PTR)

• Deputada M^a de Lourdes (PSDB)

- Deputado Maurílio Silva (PTR)

- Deputado Pedro Celso (PT)

- Deputado Peniel Pacheco (PST)

- Deputada Rose Mary Miranda (PTR)

- Deputado Salviano Guimarães

• Deputado Tadeu Roriz (PSC)

• Deputado Wasny de Roure (PT)

O SR. PRESIDENTE (SALVIANO GUIMARÃES) - Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Solicito aos Srs. Deputados, ao público presente, aos Srs. jornalistas, um minuto de silêncio para pedimos que haja paz no mundo.

Que Deus nos abençoe.

Sras. e Srs. Deputados, a Mesa Diretora desta Casa, através desta Presidência, consciente de suas responsabilidades quanto à necessidade da rápida implantação do processo legislativo, para o que necessita de um mínimo de organização administrativa, vem, mais uma vez, concitar todos os Deputados para, num esforço conjunto, estudarem o projeto de resolução que está sendo elaborado por uma equipe técnica indicada pela Mesa e que será examinado amanhã por esta mesma Mesa, sendo nosso desejo apreciá-lo ainda na sessão de amanhã, em regime de urgência urgentíssima.

Quero lembrar aos Srs. Deputados a preocupação que tivemos desde o primeiro momento, na primeira sessão, quando assumimos a Presidência desta Casa, de fazê-la funcionar com uma estrutura mínima necessária. Porém, antes mesmo que a proposta da Mesa viesse a Plenário, levantaram-se vozes que ainda não desceram do palanque para tentar lançar dúvidas sobre a nossa proposta. Hoje assistimos a uma situação dramática: de um lado, os gabinetes dos Deputados com um quadro de livre provimento aprovado, e de outro, a Mesa sem funcionamento, ou em funcionamento precário; as comissões já instaladas, igualmente em condições precárias; vários projetos e documentos aguardando o curso normal do processo legislativo e administrativo, ainda sem nenhuma condição.

Como Presidente, solicito que o exame da matéria seja feito com a maior responsabilidade e competência, pois temos a certeza de que não é difícil administrar esta Casa, se todos os Deputados que a compõem souberem colocar os interesses do povo do Distrito Federal acima de quaisquer interesses, pessoais, ideológicos ou partidos políticos.

Esta Presidência reafirma a necessidade de se cumprir, antes do prazo, a resolução que determina a realização de concurso público para o provimento dos cargos de carreira efetivos, pois não permitirá, em hipótese alguma, que este Legislativo seja diminuído por nenhum tipo de "trem da alegria" ou qualquer outra forma de admissão que não seja a da mais absoluta transparência e obedecendo às normas constitucionais e às leis que disciplinam a matéria.

Repudiamos também todas e quaisquer manifestações panfletárias que tendenciosamente desejem criar um vácuo administrativo para tentar desmoralizar o Legislativo, como forma de inviabilizar seu pleno e democrático funcionamento, pois sabemos que existem interesses não explícitos que ainda não se conformam com a autonomia política do Distrito Federal. Não admitiremos que forças do autoritarismo, aliadas às do patulhamento ideológico, inviabilizem ou dificultem o processo democrático.

Não há matéria sobre a mesa. Passamos ao

PEQUENO EXPEDIENTE

Oradores inscritos no Pequeno Expediente:

- Carlos Alberto
- Peniel Pacheco
- Manoel Andrade
- Lúcia Carvalho
- Pedro Celso

— Benício Tavares

Concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, apresentei um Projeto de Resolução, que recebeu o nº 002 e que previa a instalação de uma comissão para tratar da estruturação da nossa Câmara Legislativa. [Não quis, por critério e em respeito às Comissões que se vinham instalando e à própria Mesa, solicitar regime de urgência para aprovação desse projeto. Agora, tomo conhecimento, pela leitura do Sr. Presidente, de que será apresentado um Projeto de Resolução, a tramitar em regime de urgência, tratando, exatamente, dessa estrutura provisória.

Quero manifestar, inclusive como professor de Administração que sou, minha convicção de que não existe estrutura provisória que possa ser concebida sem que se tenha uma visão da estrutura permanente da própria Casa.

Ao se estabelecer uma estrutura provisória, estão-se lançando as raízes da estrutura definitiva. Evidentemente, quando propus uma Comissão com três Parlamentares, em momento algum pensei que esses três Parlamentares fossem auto-suficientes de tal forma que não lançassem mão de técnicos e especialistas em organização, em estruturação administrativa.

Quero deixar a minha preocupação a este Plenário. Estou disposto a discutir com a máxima responsabilidade o projeto, que, agora tomo conhecimento, tramitará em regime de urgência. Entretanto, não me parece que o método que acabou sendo adotado pela própria Mesa seja o mais adequado.

Também, Sr. Presidente, há 15 dias a Câmara Legislativa vem desenvolvendo normalmente seus trabalhos e, acredito, já avançou em questões importantes e básicas, como a eleição da Mesa e a instalação das Comissões. Entretanto, um outro fato muito me preocupa neste momento: a definição do método de discussão, da apresentação de emendas e a aprovação da Lei Orgânica do Distrito Federal, principal tarefa desta legislatura.

Quando digo que me preocupa o processo de aprovação da Lei Orgânica é porque todos nós conhecemos profundamente as distorções históricas nas relações entre Legislativo e Executivo, sempre com uma tendência à supremacia do segundo, em função de seu forte poder de cooptação, viabilizado pelo favorecimento no preenchimento de cargos públicos e por outras benesses nem sempre transparentes. Devemos iniciar imediatamente os trabalhos constituintes e, antes de tudo, reafirmar a soberania desta Casa, que tem tudo para dar grandes exemplos neste campo a *todo* o País.

A independência de um Legislativo não se dá apenas com discursos, mas com atitudes práticas que devem ser comuns à Presidência da Mesa, às Comissões e a cada Parlamentar. Se, por um lado, não se deve nutrir nenhum preconceito ante qualquer projeto ou matéria originada do Executivo, a Câmara precisa ser afirmativa na relação com o Governador, com os Secretários e representantes da Administração Direta.

Se os procedimentos constituintes não forem rapidamente aprovados, a Câmara pode acabar estrangulada por um movimento de duas mãos: de um lado pela avalanche de projetos e de decretos constantes de um prolapado programa de Governo e, de outro, por movimentos legítimos, mas de caráter corporativo. Corremos o risco de todas as comissões e o plenário ficarem submersos na análise de inúmeros projetos em tramitação, sem que se dêem passos concretos na direção da Lei Orgânica.

Temos exemplos concretos à nossa volta, no plano da União. A Constituição Brasileira demorou quase dois anos para ser aprovada, por injunção direta do Governo Sarney, e as Medidas Provisórias do Governo Collor simplesmente impediram o Congresso Nacional de discutir e aprovar toda a legislação complementar. Não queremos estas mesmas dificuldades para a Câmara, para a sociedade e para o Distrito Federal.

Algumas questões parece-me estão de cabeça para baixo nesta Casa. Já existem candidatos para o cargo de Relator - pleito legítimo, diga-se de passagem - sem que uma proposta concreta sequer de

Regimento Interno, dos trabalhos da Lei Orgânica, tenha sido aprovada.

Já está em mãos da Mesa projeto de resolução de minha autoria • de número 002 - que pretende agilizar o procedimento legislativo desta Casa, sem maiores delongas. Por ele, seriam criadas três comissões temporárias, que teriam duas semanas apenas para apresentar normas de Regimento Interno, dos trabalhos da Lei Orgânica, e de projeto de organização administrativa também da Casa.

A presente proposição, que não colide com as funções específicas dos membros da Mesa e das comissões, procura resgatar a experiência positiva realizada antes mesmo da instalação da nossa Casa, quando instituímos grupos de trabalho que, sem dúvida, proporcionaram efetiva contribuição para os bons resultados que temos obtido até agora.

A Câmara Legislativa não pode perder-se no varejo. Ela tem de acertar, fundamentalmente, no atacado, através da elaboração da Lei Orgânica do Distrito Federal. De nada adianta elaborarmos bons projetos conjunturais se a Lei Maior de Brasília for protelada e preterida por questões meramente circunstanciais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra, o nobre Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de lembrar, nesta oportunidade, um aspecto interessante da nossa cidade, Brasília, que foi construída e idealizada para ser a Capital do Poder no Brasil.

Brasília foi toda constituída com o objetivo de transformar-se numa cidade apenas administrativa.

Todas as pessoas que vieram a Brasília tinham em mente arranjar um emprego ou uma função num cargo público e ganhar os altos salários prometidos para aqueles que viessem trabalhar na esfera pública federal.

Hoje a realidade é bem diferente.

Brasília não pode mais ser vista como uma Ilha da Fantasia, porque ao redor do Plano Piloto, este centro elitista do Distrito Federal, se instalaram muitas e muitas cidades, algumas delas adotadas, muitas vezes, numa contingência de assentar o homem em vilas suburbanas, sem as menores condições de vida.

Com o advento de uma política agrícola para o Distrito Federal começaram a verificar-se os grandes problemas que a cidade enfrentava no sentido de alimentar esta enorme população que cresceu ao redor do Plano Piloto.

Descobriu-se que os gêneros alimentícios para alimentar a mesa do brasileiro tinham de vir de fora, tinham de ser importados de outros centros, de outras regiões. Iniciou-se, então, uma busca cada vez maior de estabelecer o homem no campo, como única alternativa de fazer o campo produzir e fazer com que os próprios gêneros alimentícios consumidos pelos brasileiros nascessem aqui mesmo no cerrado do Planalto Central.

O desafio era enorme, mas muitos, vencendo obstáculos aparentemente intransponíveis, conseguiram instalar-se no solo, e pequenas glebas, e realizou alquimia da agricultura, transformando cascalho em repolho, transformando chão bruto em alface, em tomate, em comida para o brasileiro.

Esse processo, desenvolvido à revelia, começou a ser visto pelos governos que se instalaram no Distrito Federal. Diga-se de passagem, foi o Governador José Ornellas, hoje um colega de bancada, quem deu abertura ao processo de assentamento do homem no campo. Esse projeto se desenvolveu em muitas cidades-satélites. Temos visto crescer cinturões verdes que proporcionam alimentos para a mesa do brasileiro.

Quero congratular-me com os chacareiros, com aqueles que estão trabalhando e desbravando o campo, que são os membros do projeto Águas Claras, que estão participando da nossa sessão nesta oportunidade.

Eu, pessoalmente, ontem pela manhã, às 7h, estava visitando aquele projeto, Sr. Presidente, e fiquei comovido ao ver aquelas terras, pois cheguei a Brasília em 1964, e observava, ainda garoto, as queimadas

naquela região. Sei também que era esconderijo de delinquentes, marginais, e que hoje o homem está ali assentado produzindo mamão, manga, abacaxi, frutas e verduras, sendo hoje o Distrito Federal auto-suficiente em hortaliças.

Qualquer alternativa de desacreditar esse projeto é demagogia, e não aceitaremos. Lutaremos nesta Casa com intuito não apenas de instalar o homem no campo, mas de propiciar condições e titularização para que ele possa produzir com maior vigor e entusiasmo.

Todos sabem, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que para transformar a terra bruta do Distrito Federal em terra produtiva é necessário investimento. Investimento que muitas vezes o Governo não quer fazer, mas que o lavrador, o agricultor, o homem comum faz, e esse *merece* o nosso louvor.

Quero destacar, Sr. Presidente, que meu sonho não é ver o produtor agrícola morando em choupanas, em casinhas de tapera; meu sonho é ver o produtor agrícola, aquele que produz comida para o povo da cidade, assentado em casas dignas, com telefone, aparelho de televisão, e podendo gozar um pouco de lazer, o que é garantido pela Constituição Federal.

Se o produtor desenvolve seu projeto agrícola e consegue construir uma casinha e comprar um carro, já dizem que ele é empresário, dono de grande latifúndio.

Sras. e Srs. Deputados, vamos ser realistas. O homem que produz merece o benefício do seu trabalho, pois a própria Bíblia afirma: "Digno é o trabalhador de seu salário".

Finalizando, Sr. Presidente, quero enfatizar que em muitas "das críticas lançadas a este Plenário talvez até haja uma parcela de razão, tendo em vista que há também aqueles que são aproveitadores. Não quero entrar nesse mérito, não discuto esse mérito. Todas as profissões, todos os setores têm pessoas estranhas, agindo entre os verdadeiros trabalhadores. Isso pode acontecer também entre os produtores rurais, sejam eles pequenos ou médios produtores. Acho que não podemos tomar o todo pela exceção. A parte que não está agindo corretamente deve ser condenada, mas a parte que está agindo condignamente, que está produzindo alimento para o brasileiro, tem de ser aplaudida, dignificada, e merece o apoio do Governo e de todos os que estão trabalhando pelo bem do povo do Distrito Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tem a palavra o nobre Deputado Manoel Andrade.

O SR. MANOEL ANDRADE (PTR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero parabenizar a Associação de Chacareiros, na pessoa do companheiro Arnóbio, e todos os demais, pela sua disposição e pela sua luta. Quero também cumprimentar o Deputado Peniel Pacheco pelo seu brilhante discurso, pois foi pautado em uma realidade. Eu somo às minhas, as palavras do Deputado Peniel Pacheco.

Acredito que o pensamento deste colegiado é dar a devida atenção aos homens que procuram, com seu trabalho, gerar o bem-estar de sua família e da comunidade.

Quero repetir que estou com *V. Ex.^a*, nessa luta.

Sr. Presidente, trago ao conhecimento deste colegiado um fato referente ao debate sobre o transporte de massa do Distrito Federal. Foram feitas algumas alusões ao não-comparecimento de autoridades do Governo a evento de tamanha envergadura. Houve, de certa forma, recriminação pela ausência do Secretário dos Transportes. Quero passar ao público a nota do Governo a respeito desse não-comparecimento.

Para quem não sabe, o Governador Joaquim Roriz assumiu o Governo no dia 1^o de janeiro e já no dia seguinte convocou todo o Secretariado para uma reunião de trabalho, estabelecendo que cada Secretaria teria de apresentar alguns quesitos para o plano de Governo. Assim, o Secretário dos Transportes, Dr. Marcelo Perrupato e Silva, já havia, desde o dia 2 de janeiro, convocado uma reunião com todos os membros da sua Secretaria exatamente para o dia em que seria realizado o referido debate.

Ao receber o convite dos organizadores, datado do dia 7 de janeiro,

S.Ex.^a ficou sensibilizado e preocupado em função da sua impossibilidade de comparecer. No dia 11, através do Ofício nº 002, do Gabinete da Secretaria dos Transportes, comunicou essa impossibilidade de comparecimento a evento tão importante.

Sr. Presidente, quero, em nome da Liderança do PTR, explicar a V.Ex.^{as} que não houve nenhum descaso do Governo, Houve, sim, um acúmulo de compromissos, porque o Governador Joaquim Roriz, ao assumir o Governo, no dia 1º de janeiro, já se preocupou em dar andamento às propostas apresentadas na sua campanha eleitoral.

De resto, quero deixar bem entendido que não é nossa vocação, não faz parte do nosso pensamento fugir das responsabilidades e do debate democrático.

Quero dizer isto para que todos saibam que o Governo quer participar da discussão com a comunidade sobre a questão do transporte de massa e da implantação do metrô de superfície.

Sr. Presidente, eu gostaria também de comunicar a esta Casa que, no brilhante discurso da Deputada Rose Mary Miranda, quando S.Ex.^a fez referência às péssimas condições de sinalização de Taguatinga, reconheço que o fez com razão. Hoje estive conversando com o Sr. Diretor do Detran, que elogiou a Deputada pelo levantamento da questão. Neste momento, quero justamente transferir à comunidade a informação de que neste ano de 1991 o Detran já terá as condições ideais para que a cidade de Taguatinga e todo o Distrito Federal tenham a sua sinalização horizontal e vertical devidamente restabelecida, a fim de diminuir o desastroso número de acidentes verificados.

Sr. Presidente, no momento, era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tem a palavra a nobre Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, neste momento queremos usar da palavra para falar das negociações salariais das categorias profissionais do Distrito Federal, ligadas ao GDF, e da postura que o Governador vem adotando em relação a esses segmentos.

Mas, antes disso, quero reafirmar, enquanto líder da bancada do PT, que estamos solidários com os companheiros da área rural na sua luta pela legalização da terra. Reafirmamos o nosso compromisso de apoio à luta dos pequenos e médios produtores, para que Brasília realmente seja por eles abastecida e que tenham condições dignas de trabalho. Não vemos nisso nenhum tipo de mordomia.

Quero dizer aos companheiros rodoviários, aqui presentes, que serão eles que garantirão que esta Casa realmente represente os interesses dos trabalhadores nas negociações salariais.

Gostaria de continuar citando uma pequena anedota: o leão encontrou o caçador, em plena selva, desprovido de qualquer armamento. O leão, então, disse ao caçador: "Bem, estamos aqui, só nós dois, no meio da selva, eu aqui, você aí, sem nenhuma arma. Vamos negociar?"

A anedota não tem graça nenhuma, mas ilustra bem a intenção do GDF quanto às negociações trabalhistas que quer realizar com os segmentos organizados.

Contestando a representatividade dos Sindicatos e, através do Secretário do Trabalho, na tentativa de desarmá-los, decidi que só negociará e assinará acordos com comissões das empresas públicas. E, alegando o Regime Jurídico Único, tenta esvaziar completamente a luta dos servidores das Fundações.

Assim, em cada empresa pública com o peso das demissões caindo sobre suas cabeças, os funcionários negociarão em pior situação que o caçador em relação ao leão, instaurando-se nas negociações trabalhistas, com este Governo, um clima de intimidação.

A tentativa — inócua — de esvaziar a luta dos sindicatos, seja do Sindser — Sindicato dos Servidores e Empregados da Administração Direta, Fundacional, das Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do GDF, seja dos representativos de Sindicatos dos funcionários das Fundações, dá o tom de como o Governo deseja negociar e fazer pactos com a sociedade. Está bem negociar com os trabalhadores, desde que estes estejam de mãos atadas.

Desconhecer esses sindicatos, que estão entre os mais combativos de Brasília, na hora de negociar, é pisar em mais de 30 anos de lutas e conquistas dos trabalhadores no Distrito Federal.

Essa atitude não pode ser e nem será aceita pelos servidores públicos, seja da administração direta, fundacional ou autárquica.

Que o Governo do Distrito Federal reveja imediatamente essa posição completamente em desacordo com os princípios democráticos que ele próprio tanto se empenhou em se autoatribuir.

Quanto aos servidores, continuarão sua luta em defesa de um serviço público digno, de qualidade, e voltado para os reais interesses da população.

E muito fácil para o GDF achatar salários dos funcionários públicos, negar-lhes condições de trabalho e depois vir com propostas de privatização como essa, absurda, estampada nas manchetes dos jornais de sábado, 12.1.91, anunciando a possibilidade de se privatizar a Rodoviária.

Como se já não bastasse os cofres públicos subsidiarem, através do Caixa Único, as empresas de transporte, para que seus proprietários enriqueçam à custa da concessão de um serviço público e possam, com exorbitantes lucros, auferir vãos mais altos, como foi o caso da aquisição da Vasp pelos proprietários da Viplan.

Essa atitude do GDF pode comprometer de maneira irremediável todo o serviço público no Distrito Federal, prejudicando toda a população.

Alerto, portanto, Sras. e Srs. Deputados, esta Assembléia para os perigos decorrentes dessa atitude. Que a Câmara Legislativa faça gestões junto ao GDF para revisão dessa posição e retomada das negociações com os sindicatos.

Aproveito a oportunidade para convidá-los para um encontro, hoje, quarta-feira, ao término desta sessão, com a direção da CUT/DF, Sindicatos ligados ao GDF e parlamentares, para tratar desta questão.

Essa reunião será feita para explicar a situação de negociação para que esta denúncia, que acabei de fazer, não caia no vazio. Convido todos os parlamentares do PT, do PDT, do bloco governista, da Frente Liberal, do PCB e do PC do B.

A reunião se realizará, aqui, na Câmara Legislativa, no auditório, ao final desta sessão plenária.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Lembro a todos que é permitido a qualquer pessoa assistir às sessões públicas, no lugar que lhe foi reservado, desde que se encontre desarmada e que permaneça em silêncio, sem dar qualquer sinal de aplauso ou reprovação ao que se passar. Solicito, portanto, a atenção de todos para as palavras que o Deputado Pedro Celso irá proferir.

Com a palavra o Deputado Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero aqui saudar os meus companheiros rodoviários que estão em campanha salarial e vêm a esta Casa pedir apoio e fazer com que a Câmara Legislativa cumpra o seu papel de mediação e também sua responsabilidade com as questões sociais desta cidade.

Lembro que esta brava e combativa categoria está em campanha para repor as perdas ocasionadas pelo vergonhoso Plano Collor, que mais miséria e arrocho salarial trouxe a toda classe trabalhadora brasileira.

Gostaria de alertar e dizer aos companheiros, trabalhadores rurais e pequenos produtores rurais, que terão o apoio deste Deputado e também do Partido dos Trabalhadores para as suas reivindicações. Mas não se iludam com aqueles que vêm aqui fazer discursos emocionados, porque fazer discurso é uma prática muito comum e muito fácil.

Lembro que aquele Deputado, que há pouco me antecedeu, possui pares que, no Congresso Nacional, se posicionaram contra a reforma agrária, e hoje vem aqui fazer alusões e promessas. É bom deixar isto bem claro, porque os militantes, ativistas do campo e os trabalhadores sem terra do Partido dos Trabalhadores tombam assassinados pelas balas da UDR. Eles é que estão sendo assassinados no campo.

Gostaria ainda, Sr. Presidente, de dizer que é com muita honra que

volto a esta tribuna para solicitar que se inclua nos Anais desta Casa, coisa que não pude fazer ontem, a matéria intitulada: "PT pode bloquear o metrô na Câmara", publicada ontem na página 3 do jornal "BsB Brasil", e assinada pela jornalista Isabel Braga.

A matéria ressalta muito bem o pensamento dos técnicos da Universidade de Brasília que anteontem aqui estiveram. Ressalta também o receio daqueles técnicos ante a promessa do Governador Joaquim Roriz de construir o metrô, custe o que custar.

Este receio, nobre Presidente, é o mesmo o meu Partido, do Partido dos Trabalhadores. Todos nós tememos uma medida autoritária do Governo do Distrito Federal no sentido de se construir uma obra que é uma verdadeira "caixa-preta" para todos nós.

Por isso, peço o registro dessa matéria, para que fique memorizado este nosso temor.

Quero, ainda, dizer que causou estranheza a declaração dos Deputados governistas, no sentido de que apoiarão a proposta do Governador Joaquim Roriz. E eu pergunto: qual é a proposta? Onde está o projeto? Por onde passará o metrô? Quanto irá custar? Qual a porcentagem de população usuária do sistema de transportes a ser beneficiada?

Como se pode apoiar às cegas o projeto do Governador Joaquim Roriz, que ninguém conhece e que é uma verdadeira "caixa-preta"?

Portanto, reforçamos nossa reivindicação de que o projeto seja discutido nesta Casa, seja discutido pelo conjunto da sociedade, para que não construamos um "elefante branco".

Sr. Presidente, se ainda me restar algum tempo, desejo dizer aos nobres colegas desta Casa, que recebi uma denúncia que considero grave. Hoje, às 13h15 min, uma pessoa ligou para o meu gabinete e ameaçou explodir a Câmara Legislativa do Distrito Federal. Esse telefonema anônimo, nobres colegas, é a primeira ameaça concreta que os setores insatisfeitos com a representação popular promovem. Mas não tememos nada deles. O Partido dos Trabalhadores já está acostumado a essas ameaças de bombas; já está acostumado a enfrentar a repressão. O meu Partido lutou contra a ditadura militar e seus asseclas. A sociedade brasileira repudia esses fascinosas foras-da-lei, que agem na calada da noite e através de telefonemas anônimos.

Vamos continuar a lutar para que esta Casa se transforme na Casa dos trabalhadores do Distrito Federal, e para que haja participação popular na elaboração da Lei Orgânica. Não permitiremos que ameaças de bombas, ou que alguns fascistas, nos usem como massa de manobra para impedir que esta Casa continue a ser um território livre para as manifestações populares. Não aos terroristas. Abaixo o atentado à cidadania. Viva a democracia, a liberdade e a paz.

No Grande Expediente, vou pronunciar-me sobre as reivindicações salariais e condições de trabalho dos rodoviários de Brasília, e também sobre as propostas trazidas pelo sindicato, para transformação e melhoria do sistema de transportes coletivos de Brasília.

Muito obrigado.

ISABEL BRAGA

O deputado distrital Pedro Celso (PT) pretende usar todos os meios jurídicos à disposição para bloquear o projeto do metrô de superfície, caso o governador Roriz insista na idéia da implantação antes de uma discussão mais intensa com a Câmara Legislativa e a própria sociedade. Pedro Celso criticou a ausência de representantes do GDF no debate sobre o transporte de massa promovido ontem por setores da UnB. "Nos parece, com esta atitude, que o Governo se recusa a debater a questão com a sociedade", argumentou.

O primeiro secretário da Câmara Legislativa do DF lembrou ainda que, dias antes da posse, em um debate promovido por uma emissora de TV, pediu ao atual chefe do Gabinete Civil, José Roberto Arruda, uma cópia do projeto do metrô de superfície. "A cópia foi negada sob alegação de que ainda não a possuía. Agora, quinze dias depois, o Governo dá declarações de que o projeto está em fase de execução", salienta o deputado do PT. "Seria preciso pelo menos seis meses para se elaborar um projeto desta amplitude. Que Governo democrático é este?", indaga.

Para Pedro Celso há distorções sérias por trás deste empenho em se implantar o metrô em Brasília. "Alguém está querendo vender esta

idéia e o Governo está se prontificando em comprar, sem a discussão com os segmentos organizados da cidade", enfatiza. "Até mesmo as empresas de ônibus defendem esta idéia, pois irão explorar o filão de transporte dos terminais do metrô até os vários pontos de cada satélite", alerta Pedro Celso. "Esta é uma iniciativa que vai atingir 20 por cento da população de Brasília, sendo que deste percentual, 10 por cento terão ainda que fazer o transbordo. Isto é prioridade?", questiona.

O deputado elogiou a iniciativa da UnB em promover o debate com os distritais. "Este é um intercâmbio que tem que acontecer", comentou o deputado. O reitor Antônio Ibanez também ressaltou a importância desta contribuição.

Técnicos condenam o projeto

As experiências no Brasil e em nível mundial de utilização do sistema ferroviário como alternativa viária — como o metrô de superfície — mostram que se trata de uma opção inviável, operacional e financeiramente. Este foi o principal ponto abordado ontem, durante o seminário sobre o transporte de massa em Brasília, promovido pelo Decanato de Extensão e o Núcleo de Estudos em Transporte, ambos da UnB, no auditório da Câmara Legislativa do DF.

Técnicos e professores da Universidade de Brasília, com formação acadêmica e estudos na área, debateram durante toda a manhã de ontem com deputados distritais e segmentos da sociedade interessados na questão, as dificuldades de viabilização do projeto de implantação do metrô de superfície em Brasília, uma das principais promessas de campanha do governador Roriz. Uma das palestrantes, Ieda Maria de Oliveira, técnica do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas do Ministério da Economia, chegou a manifestar o desânimo em discutir a questão, "que é política e não técnica quando se sabe que existe uma firme decisão, para a sua implantação", afirmou Ieda.

Segundo a técnica do Ipea a opção pelo metrô como alternativa para o sistema viário da cidade poderá trazer sérios problemas as finanças públicas do DF, principalmente depois que a Constituição de 1988 tirou a obrigação do Governo Federal com o transporte urbano. "Mesmo depois de implantado, o metrô necessitará de subsídios para a sua manutenção, como demonstram as experiências do Rio de Janeiro e São Paulo", afirma. Ieda ressalta o caso do metrô do Rio de Janeiro, onde a receita do sistema cobria em 1980 apenas 30 por cento dos custos de manutenção ou em São Paulo, onde este percentual atinge 42 por cento.

Capacidade — Um dos principais argumentos de quem defende a implantação do sistema de metrô é a capacidade de transportar muitas pessoas em um curto espaço de tempo. Enquanto através do sistema de ônibus circulam 15 mil pessoas por hora, este número sobe para 50 mil nos metrôs. Segundo o professor da UnB, Chalés Wright, do mestrado em transportes da instituição, pesquisas recentes demonstram a queda neste mito. "Em vários metrôs do mundo, com exceção de dois que se aproximam muito dos números estimados, o número de pessoas atendidas é aproximadamente um terço do previsto nos estudos de viabilidade", salienta o professor.

Charles Wright cita o metrô construído em Detroit, Estados Unidos, que carrega em média 15 mil pessoas por dia, quando muitos ônibus — no Brasil — atingem este número em uma hora. "Os sistemas ferroviários atuais são em geral verdadeiros fracassos (total ou parcialmente). Eles não levaram em conta as características espaciais da cidade, com funções espalhadas", explica o professor. Wright ressalta a inflexibilidade dos sistemas ferroviários, de implantação linear e salienta que não poderão resolver nenhum problema de transporte a não ser em locais onde existam um corredor de função da cidade.

"Aqui no Brasil, só conheço um lugar onde o metrô poderia dar certo: a Zona Sul do Rio, onde os moradores, as lojas e os serviços urbanos se concentram em torno de um corredor", afirma o professor. Wright lembra a peculiaridade do Plano Piloto, cuja maior dificuldade é a ligação do setor leste ao setor oeste (dos eixos L, aos eixos W). "Nós temos que estudar quais as alternativas e a que custo resolveremos o problema de transporte de Brasília. A idéia de que só pode ser resolvida com o metrô não tem fundamental técnico", alertou.

Alternativas — Algumas alternativas já utilizadas no País, como o

sistema de troleibus ou mesmo a volta da tecnologia de tração — ônibus Romeo e Julieta um ônibus que puxa outro foram levantadas pelo professor da UnB e técnico do Ipea, José Alex Santana. Mas a principal questão levantada pelo técnico é que um investimento público só deve ser feito após a exaustão do investimento anterior. "É preciso saber primeiro, se o antigo sistema já atingiu a sua capacidade máxima, para que se respeite o investimento público, o dinheiro do cidadão gasto com o antigo sistema", analisa.

Para Alex Santana, deve-se investigar, antes de mudar o sistema de transportes do DF, se o sistema de ônibus está esgotado e ainda, qual a vocação da cidade. "O próprio governo empossado defende a industrialização das satélites, sua autonomia e independência. Isto deverá gerar um fenômeno de contra-urbanização, diminuindo a importância do Plano Piloto", comentou.

O SR. PENIEL PACHECO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de liderança.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — V.Exa. tem a palavra.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente Sras. e Srs Deputados, gostaria de prestar um esclarecimento em relação a duas questões. Uma, diz respeito à citação feita pelo Deputado que me antecedeu, quando disse que alguns Deputados, aqui, não sei quantos, teriam pares no Congresso Nacional. Não entendi muito bem se essa afirmação se refere a mim, mas se for este o caso, devo lembrar que não tenho nenhum par no Congresso Nacional.

Fui eleito Deputado Distrital. Tenho pares, sim, nesta Casa, inclusive o nobre Deputado Pedro Celso. Estou ao lado dele, na luta em favor de melhores condições de trabalho para os rodoviários e para todos os trabalhadores das categorias aqui presentes.

Trago outro esclarecimento com relação ao metrô de superfície. Somos conscientes de que Brasília foi construída de modo a não privilegiar as camadas mais carentes da população. Aqueles que residem no Plano Piloto, no Lago Sul ou nas adjacências dos setores elitizados da cidade têm de ser contra o metrô. Já os que conhecem a realidade da Ceilândia, Gama e periferia sabem da precariedade dos transportes coletivos.

O projeto da construção do metrô de superfície, transporte sobre trilhos utilizado nos países mais desenvolvidos e de tecnologia mais avançada, é uma exigência da realidade do Distrito Federal.

É ridículo criticar o apoio a esta proposta sem conhecê-la, porque esta é uma proposta plausível para o Distrito Federal.

Portanto, deixo este registro dirigido ao nobre Deputado Pedro Celso, que, por certo, deve ter-me confundido com outro Parlamentar com assento nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra a nobre Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO — Sr. Presidente, levanto uma questão de ordem. Na primeira sessão foi apresentada uma proposta para os trabalhos, na qual não estava incluído o horário destinado à Comunicação de Líderes. Haveria o período do Pequeno Expediente, para os quais todos nos inscreveríamos. Nesse horário, falaríamos seis oradores. Depois, passaríamos ao Grande Expediente, caso não existisse nenhuma matéria para ser discutida, ou votada, nesse plenário.

Sr. Presidente, reivindico a V. Ex.^a, por oportuno, que no Pequeno Expediente não haja pronunciamentos de lideranças. O Regimento Interno do Senado, a propósito, dispõe sobre períodos diferentes na sessão, para essas manifestações. Existe o Pequeno Expediente e horário especificamente destinado às Comunicações de Líderes. Não acho correto que só alguns possam se manifestar.

Com o devido respeito ao nobre deputado Peniel Pacheco, não considero correto que V. Ex.^a, neste período, fale duas vezes, pois deve haver igualdade entre nós.

Por outro lado, Sr. Presidente, também solicito que não seja permitida a concessão de apartes em discursos no Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Sra. deputada, quero aprovamos o provisório Regimento Interno desta Casa, ainda

não havíamos escolhido os líderes. Dispõe o art. 14, item II, do Regimento Interno do Senado Federal:

"Art. 14.".....
I.....
II — Se líder:

a) por cinco minutos, em qualquer fase da sessão, excepcionalmente, para comunicação urgente de interesse partidário".

De modo que esta Mesa deve seguir o Regimento que esta Casa aprovou. Daremos a palavra a todos os líderes, em qualquer momento. A proposta de V. Ex- deverá ser considerada quando formos elaborar o Regimento definitivo.

Com a palavra o nobre deputado Benício Tavares.

O SR. BENÍCIO TAVARES (PDT. Sem revisão do orador). Sr. Presidente, Sras. e srs deputados. Estamos apresentando um projeto de lei com o objetivo de estender os ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) a isenção concedida pela União, relativa ao IPI, para a aquisição de veículos por profissionais autônomos, que dele se utilizem para o seu sustento.

Não ignoramos o fato de que a origem da isenção tinha como intenção paralela — além de beneficiar os motoristas autônomos — beneficiar a indústria automobilística, que vivia àquela época uma fase de dificuldades de vendas de seus produtos.

Mas não é lícito deixar de reconhecer que os profissionais puderam melhorar suas condições de trabalho e, salvo problemas surgidos na etapa de implantação da medida, o controle imposto à compra dos veículos impediu distorções significativas.

Impõe-se também salientar o sentido positivo da iniciativa na renovação das frotas de táxis de todo o País, sendo aí os usuários a aplaudirem a inovação. Segundo as autoridades federais, por outro lado, a isenção não resultou em evasão tributária significativa.

Nada mais lógico, então, que ampliar a isenção, alcançando o ICMS, ainda mais que se trata de veículos de uso urbano, explorados mediante concessão do Poder Público e aliviando a demanda sobre outros meios de transportes.

Quando apresentamos o projeto, não deixamos de discuti-lo com o deputado Manoel de Andrade, que conhece a problemática, pois presidiu o sindicato da categoria, contando com os votos dos taxistas para chegar a esta Casa. Tivemos a satisfação de contar com seu integral apoio, inclusive porque nos informou que está em vias de apresentar proposição no mesmo sentido.

Na nossa iniciativa incluímos também veículos de profissionais autônomos que transportam carga e ônibus escolares. A necessidade da renovação da frota do transporte escolar é, aliás, uma evidência no Distrito Federal. Inclui-se aí a nossa preocupação com a segurança das crianças e com a eficiência do serviço.

Também estamos propondo a isenção para veículos de paraplégicos e pessoas impossibilitadas, em razão de deficiência física, de utilizar veículos comuns. No particular, ressaltamos que os veículos que lhes servem exigem adaptações que os tornam muito mais caros que os utilizados por outras pessoas. Ninguém desconhece as dificuldades de locomoção destas pessoas em transportes coletivos ou o fato de que estão fortemente concentradas nos setores de menor poder aquisitivo.

Com a certeza de poder contar com o apoio dos meus nobres pares para a proposição, quero informar também da apresentação de outra iniciativa: um projeto de resolução impedindo o porte de qualquer tipo de arma no interior desta Casa. Trata-se de iniciativa de caráter preventivo, que deverá contar com o apoio unânime de todos nós, com exceção apenas para os trabalhadores que, por imposição do seu exercício profissional, precisem tê-la consigo.

Muito obrigado.

O SR. MANOEL ANDRADE — Sr. Presidente, peço a palavra para uma Comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE — (Salviano Guimarães) - Tem V. Ex.^a a palavra.

O SR. MANOEL ANDRADE (PTR. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, quero lamentar que tenhamos começado, nesta Câmara Legislativa, a corrida e o atropelamento de idéias.

Há dois dias usei a tribuna para informar à Mesa e à sociedade que

eu já estava com um projeto, que visava a conceder isenção do ICMS aos motoristas de táxi, praticamente acabado. E avisei também que não tinha apresentado esse projeto porque faltavam alguns contornos, inclusive porque o Governo Federal só ontem encaminhou uma mensagem ao Congresso propondo a isenção de IP1 para os táxis.

Vejo aqui que o decoro parlamentar, a lealdade, o respeito às categorias não são considerados, porque falei sobre esse assunto por mais de uma vez.

Ninguém melhor do que eu conhece a profissão de taxista, porque sou motorista de táxi há mais de 12 anos.

Todas as isenções concedidas aos motoristas do Brasil inteiro, particularmente a do ICMS, tiveram nossa participação.

Ontem mesmo fui conversar com o Sr. Governador, ocasião em que S. Ex^a convocou o Secretário da Fazenda para acertarmos a aprovação de projeto que visa a autorizar o Governo do Distrito Federal a isentar de ICMS os táxis.

Mas não é só isso, Sr. Presidente. Para quem não sabe, a concessão da isenção do ICMS só poderá ser feita mediante entendimento nacional, através do Conselho de Política Fazendária — Confaz, devendo todos os governadores estar a favor dessa aprovação.

Estamos carregando há 10 anos esse trabalho, e agora, por um ato de oportunismo vergonhoso, que *merece* o repúdio desta Casa, um companheiro, para marcar ponto com uma categoria da qual não participa, apresenta um projeto, atropelando minha iniciativa.

Lamento que isso aconteça, Sr. Presidente. Quero chamar a atenção de meus Pares e da comunidade para o fato de que o PDT não correspondeu com a lealdade necessária.

Mesmo assim, apresentarei meu projeto, consubstanciado naquilo que entendo ser do interesse para minha categoria, isto é, os motoristas de táxi.

E quero dizer mais uma coisa: eu não ousaria apresentar nenhum projeto visando a beneficiar os paraplégicos se não conversasse antes com o companheiro Benício Tavares. Não faria uma coisa dessas, porque acho que S. Ex^a, melhor que eu, representa os sofridos paraplégicos, os deficientes físicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. BENÍCIO TAVARES — Sr. Presidente, peço a palavra porque fui citado nominalmente pelo deputado Manoel Andrade.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. BENÍCIO TAVARES — (PDT - Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. deputados, gostaria de esclarecer ao deputado Manoel Andrade que minha intenção não foi, sem dúvida, a de abocanhar os votos de sua categoria.

Nosso projeto já estava pronto, havia sido entregue ao Protocolo Legislativo e vinha tramitando na Casa. Não posso, de repente, retirar uma proposição.

Acho que se V. Ex- tem proposições que possam subsidiar essa questão, deve apresentá-las, e os companheiros irão decidir qual a melhor.

Quero deixar registrado que não pretendo ter como direito apresentar todos os projetos referentes às pessoas portadoras de deficiências, assim como também não acho que alguns companheiros que pertencem a outros setores — como os deputados Pedro Celso, Lúcia Carvalho e Agnelo Queiroz, representantes dos rodoviários, do setor da educação e da saúde, respectivamente — detenham o monopólio de apresentar projetos com relação a suas áreas.

Apresentarei projetos que beneficiem a todos os segmentos da sociedade. E mais: apresentarei todos os que acho que devo e a que tenho direito.

Como qualquer outro deputado, posso apresentar projetos e acho que este de agora é justo, e os companheiros taxistas o merecem.

Uma coisa não entendi: por que o deputado Manoel Andrade acha que houve atropelamento? Ao contrário, nosso projeto está para ser discutido. Se S. Ex- tem um melhor, que o apresente.

Estas as palavras que gostaria de dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^s. e Srs. Deputados, gostaria de fazer um alerta a esta Casa, em especial ao Sr. Presidente. No Capítulo V do Regimento Interno do Senado Federal referente ao uso da palavra, art. 14, inciso II, temos:

"Se Líder... letra a: poderá fazer uso da palavra por cinco minutos, em qualquer fase da sessão, excepcionalmente, para comunicação urgente, de interesse partidário."

Por não ter visto isto acontecer, pediria ao Sr. Presidente que verificasse esse assunto, pois a meu ver está havendo um atropelamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Nobre Deputado Pedro Celso, não posso adivinhar o que os outros irão dizer.

O SR. FERNANDO NAVES — Sr. Presidente peço a palavra para fazer uma Comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. FERNANDO NAVES (PDC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^a. e Srs. Deputados, é um comunicado de interesse partidário, não fugindo, portanto, do Regimento.

Em nome do nosso bloco e do partido, quero deixar aqui o repúdio pelo comportamento de um companheiro que, talvez por engano, tenha feito com que um policial, que também é um cidadão, que tem direitos como qualquer outro trabalhador, fosse retirado desta Casa, mesmo não estando a serviço; estava apenas nos visitando. Da mesma maneira que todo cidadão tem o direito de frequentar esta Casa, o policial também o tem. Por ter acontecido esse fato, deixo registrado o meu repúdio, para que fatos como este não voltem a acontecer. Não estamos aqui para privilegiar a ou b, e tampouco causar discriminação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Terminado o Pequeno Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA

Há sobre a mesa projeto de resolução, em regime de urgência urgentíssima, que propõe o detalhamento da dotação orçamentária destinado à Câmara Legislativa para 1991, e respectivo cronograma de desembolso. O projeto de resolução contém vinte e duas assinaturas.

Convivo o Deputado José Ornellas para que profira parecer oral sobre a matéria.

O SR. JOSÉ ORNELLAS - Sr. Presidente, Sr^s. e Srs. Deputados, o Projeto de Resolução nº 012/91 foi ontem distribuído para todos os Deputados, para conhecimento e apreciação. Cabe aqui uma primeira explicação: para 1991, como não existia, ainda, em 1990, a Câmara Legislativa, o Governo do Distrito Federal inseriu no seu próprio orçamento um elemento de despesa (4130), colocando-o como verba para estruturação da Câmara Legislativa. Então cabe a nós detalhar esse montante, que, como V. Ex^s. sabem, é de cinco bilhões e seiscentos milhões de cruzeiros. Fizemos uma proposta, e queria dizer que ela não é como deve ser. Montado um orçamento, ele tem de ser feito de baixo para cima. O deste ano, excepcionalmente, é feito dessa maneira. Para 1992, vamos desencadear uma sistemática de montagem do orçamento do Distrito Federal, ouvindo todos os Deputados.

Para 1991, no entanto, não podemos proceder assim, porque este montante já está determinado e cabe a nós detalhá-lo. Este primeiro detalhamento tem de ser aprovado pelo Plenário, e colocamos cada uma das rubricas como se fosse uma meta. Como V. Ex^s. podem verificar, colocamos 40% para despesa de pessoal; 10% para material de consumo; 12% para despesas de aquisição de material e 20% para "outros serviços e encargos". A maior quantia foi colocada para

"outros serviços e encargos", porque estão inseridas algumas despesas essenciais em 1991, como, por exemplo, o concurso público.

Este quadro foi desenvolvido como meta a qual iremos tentar atingir. Reafirmo que para 1992 iremos proceder como a boa norma técnica manda: o orçamento nascerá de baixo para cima.

Por esta razão é que solicito ao Plenário que aprove o detalhamento da dotação orçamentária e, posteriormente, cada uma destas rubricas irá ser novamente detalhada e submetida aos companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - A matéria está em discussão. Cada Deputado poderá fazer uso da palavra apenas uma vez e pelo prazo de dez minutos. (Pausa.)

Não havendo Deputados inscritos, passaremos ao encaminhamento da votação. Os Deputados poderão usar da palavra uma vez, pelo prazo de cinco minutos, e até três Deputados a favor e três contra. (Pausa.)

Não havendo inscritos, convoco o Deputado Pedro Celso para fazer a chamada dos Deputados para a votação.

Aprovado o parecer com 18 votos "sim".

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

Oradores inscritos para o Grande Expediente:

- Manoel Andrade
- Pedro Celso
- Aroldo Satake
- Agnelo Queiroz
- José Edmar
- Wasny de Roure

Concedo a palavra ao nobre Deputado Manoel Andrade.

O SR. MANOEL ANDRADE (PTR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente. Srs. Deputados, gostaria, neste momento, de levantar uma questão de suma importância: a situação dos funcionários da Novacap, que estão com seus salários defasados, e que, há muito, vêm reclamando uma solução para o problema.

Tive a infelicidade de ver de perto a dificuldade daqueles funcionários. E o que eles pleiteiam não é muito, é apenas que sua data-base seja a mesma da dos funcionários da Terracap. Pleiteiam — já têm isonomia — também as vantagens que recebem os funcionários da Terracap.

A respeito desta questão, procuramos conversar com o Sr. Secretário do Trabalho, mas não foi preciso que fôssemos à sua procura. Ao tomar conhecimento da situação, ele nos procurou e forneceu as informações necessárias, dizendo que o Governo está vigilante e que nossa reivindicação é a mesma de todos os trabalhadores, e que todos estão recebendo tratamento especial por parte do Governo Joaquim Roriz.

Mas, por falarmos no Governador Joaquim Roriz, vi, nesta tribuna, ainda se duvidar da legitimidade e do apoio que ele possui nesta cidade. Joaquim Roriz conseguiu provar que é um eficiente engenheiro político, pois possui liderança e visão de estadista.

Quero dizer que quando se reporta que Joaquim Roriz não discute com a comunidade, isto não é verdade. Em seu primeiro mandato provou que era um Governo itinerante, conversando com todas as camadas da população.

Então, quero, aqui, deixar transcrito nos Anais desta Câmara que temos como base um Governador que o povo ungiu e que a democracia fez.

Mas, meus amigos, quero voltar a tecer comentários a respeito dos motoristas de táxi, motorista de táxi que também sou há quinze anos. E quero provar, através desta farta documentação, por que não é o Sr. Maurício Corrêa o defensor da categoria. A única coisa que ele fez e que o PDT fez em Brasília, foi tentar rachar a categoria, patrocinando unha dissidência, patrocinando um sindicato paralelo. E agora, o companheiro e Deputado Benício Tavares, recomendando talvez pelo Sr. Maurício Corrêa, está tentando articular um movimento para, mais uma vez, distanciar um sindicato combativo, como é o dos motoristas de táxi, de suas bases. Esta é uma questão que merece repúdio. Já

disse aqui que não compactuei e que jamais apresentaria projeto de lei de igual teor. Se qualquer par tivesse de ser antecedido, se tivesse vindo à tribuna e fosse parte legítima. Se tivesse um compromisso de representá-lo, jamais tomaria à frente para abocanhar uma pseudo-influência da categoria. A questão merece ser debatida. Isto é um ato de traição, um ato desleal. Os Anais têm esta gravação e vamos trazê-la a público.

Há poucos dias encontrei companheiros dissidentes do grandioso sindicato dos Rodoviários. Procuraram-me e perguntaram-me o que iria fazer para ajudá-los a fundar o sindicato, e disse-lhes que o único caminho que lhes restava era o de disputar a eleição em seu próprio sindicato. E que se perdessem, que se dessem por convencidos, porque só assim é rito democrático pode ser exercitado. Não defendemos a divisão dos sindicatos. Condenamos todos aqueles que procuram enfraquecer os trabalhadores, aqueles que chegam na tribuna e dizem uma coisa, mas, por fora, na calada da noite, apresentam outra.

Tenho o comportamento, meus amigos, de assumir publicamente as minhas posições. Defendo o Governo Joaquim Roriz, porque Joaquim Roriz está à frente daqueles que se dizem progressistas. Joaquim Roriz foi o político mais progressista que chegou a Brasília.

Então, meus amigos, digo a vocês e aos ilustres pares que não será assim que este Plenário realizará um trabalho profícuo, enquanto estivermos acompanhados de caroneiros.

Vamos fazer com que a democracia se realize, mas se realize em sua plenitude. E que o decoro parlamentar seja a obra-prima desta Casa. Que o respeito ao companheiro seja um mandamento inviolável. E que haja respeito aos demais colegas profissionais.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de registrar, neste momento, a visita que os Rodoviários de Brasília fazem a esta Casa. Eles vieram solicitar apoio para a Campanha Salarial de Emergência que ora promovem e divulgar as suas sugestões para melhorar e moralizar o sistema de transporte desta cidade.

Essa iniciativa, promovida pelo Sindicato dos Rodoviários, a meu ver, merece o nosso aplauso, por se tratar de um esforço que visa a popularizar o Poder Legislativo do Distrito Federal, conhecer os nossos trabalhos no Plenário e também transformar esta Casa numa verdadeira Casa do Povo de Brasília, que eu e o meu partido, o Partido dos Trabalhadores, esperamos seja sempre democrática e aberta à participação popular.

Gostaria também de registrar que esta categoria é uma das mais combativas e organizadas do Distrito Federal. Já enfrentou a repressão, apanhou da polícia, sofreu com muitas demissões, mas nunca parou de lutar pela democracia, pela justiça e, principalmente, contra essa política de arrocho salarial que está a massacrar os trabalhadores de Brasília e do País.

Vejam só, nobres companheiros, a corrosão salarial dos rodoviários; somente no Governo Collor de Mello, é enorme. Hoje, a reposição salarial necessária para devolver o poder de compra dos salários já chega a 219,19%. Como pode uma categoria vital para a cidade trabalhar sem ganhar o essencial para viver e sustentar suas famílias?

Como podem os trabalhadores que carregam vidas no seu dia-a-dia não ser valorizados, ser perseguidos com demissões por justa causa e, além do mais, ser punidos quando denunciam as irregularidades no sistema de transporte?

Esta Casa não pode fechar os olhos para estas questões. Se assim o fizer, terá de assumir mais tarde o ônus por esse grave erro.

Desde já, reafirmo que o meu mandato — e também os de meus companheiros de partido — seguirá pelo rumo mais difícil, que é o de combater as injustiças sociais e trabalhistas. Dessa forma, estarei cooperando para a criação de uma nova mentalidade, para a criação de uma nova sociedade.

Estarei atento, diariamente, para denunciar no plenário desta Casa as irregularidades cometidas pelos empresários do setor de transporte. É

um setor que não cumpre os acordos coletivos nem os direitos trabalhistas. Promove a indústria da demissão por justa causa, cujo objetivo é lesar economicamente os rodoviários. Assim, a cada dia que passa, eles ficam mais ricos. Compram a Vasp e investem em fazendas, gados e em outros setores da economia, e são hoje os empresários mais poderosos do setor de transporte de passageiros do Brasil.

Por serem gananciosos, esses empresários vivem solicitando — e o pior é que sempre conseguem — sucessivos aumentos dos preços das passagens, que são as mais caras do País. Os sacrificados por causa dessa ganância nefasta são os trabalhadores assalariados que deixam grande parte de seus salários nas roletas dos ônibus, que não oferecem nenhum conforto, pontualidade e segurança.

Esta Casa, nobres companheiros, precisa agir com muita determinação para atender aos anseios dos trabalhadores brasileiros, a fim de afirmar a confiança e a credibilidade daqueles que lutaram para que ela existisse de fato e também daqueles que nos elegeram no último dia 3 de outubro.

Para concluir, quero louvar, mais uma vez, a iniciativa do Sindicato dos Rodoviários, parabenizar os rodoviários por suas lutas e dizer que esta é uma Casa que sempre deve ser do povo trabalhador do Distrito Federal.

Ouçó o nobre Deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES — Gostaria de trazer não só a V.Ex.^a, mas também a toda a classe dos rodoviários, o nosso apoio integral à luta por melhores salários para a categoria. Portanto, quero somar em favor da luta de todos eles e de V.Ex.^a.

O SR. PEDRO CELSO — Ouço o nobre Deputado Benício Tavares.

O SR. BENÍCIO TAVARES — Nobre Colega, gostaria também de saudar a categoria dos rodoviários e fazer um agradecimento especial a todos eles pelo tratamento que vêm dispensando aos nossos companheiros deficientes. Agradeço ao Deputado Pedro Celso, ao sindicato, a todos os companheiros, e presto-lhes minha homenagem. Espero que essa luta tenha êxito dentro desta Casa e junto à sociedade como um todo. Parabéns aos rodoviários.

O SR. PEDRO CELSO — As reivindicações dos rodoviários são as seguintes: 219,19% de reposição salarial para toda a categoria, a partir de janeiro de 1991, para repor as perdas provocadas pelo Plano Collor; a segunda é uma reivindicação histórica dos trabalhadores brasileiros, uma política salarial verdadeira, com reajuste mensal e automático, conforme o ICV — Índice de Custo de Vida do Dieese; reajuste do tíquete-refeição, no mesmo valor da reposição; implantação de um plano de cargos e salários unificado para todas as empresas; anuênio de 3%, estabilidade no emprego a partir do primeiro dia de serviço; fim da indústria da demissão com justa causa, que envergonha a nossa cidade; seguro de vida coletivo e gratuito para toda a categoria, como já existe na TCB; distribuição de troco diário, principalmente na madrugada, para os cobradores, a fim de que se evitem rusgas — como todos sabem, o problema do troco já causou até a morte de um cobrador no Gama; pagamento dos processos ganhos na Justiça pelo Sindicato, e foram ganhos vários processos contra a TCB, e até hoje não tivemos uma resposta definitiva por parte do Governo, quanto a pagar esses processos; outra providência para conter o desemprego que está afligindo a nossa categoria é a contratação imediata de todos os rodoviários demitidos recentemente em virtude da extinção dos ônibus de transporte especial.

Todos os Deputados receberam a pauta de reivindicações e nós pediríamos que a lessem e lhe dessem a devida atenção.

Vou conceder um aparte ao Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ — Deputado Pedro Celso, quero trazer aqui, em nome do PC do B, o nosso integral apoio a essa combativa categoria de rodoviários, que tanto tem lutado. Acompanhamos de perto essa luta brava e combativa pela recuperação da perda salarial. Acho que neste momento todos os trabalhadores no Brasil inteiro sofrem o maior arrocho da sua história, por conta de um plano econômico antinacional, antipatriota, antipovo, do Governo

Fernando Collor. Nada mais justo que as reivindicações dos trabalhadores rodoviários. Nós nos solidarizamos com o colega Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO — Muito obrigado. Concedo o aparte ao Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO — Nobre Deputado Pedro Celso, sou um admirador do espírito de luta com que V.Ex.^a tem pautado sua conduta neste Plenário. Não sei por que às vezes recebo algumas farpas da parte de V.Ex.^a, mas mesmo assim continuo admirando a sua pessoa. Inclusive votei em V.Ex.^a, para ocupar a 1.ª Secretaria desta Casa e não me arrependo de tê-lo feito. Parabênz o PT pelo espírito de luta desenvolvido e principalmente pela luta do Sindicato dos Rodoviários do Distrito Federal. Condições dignas de trabalho e salário que possa propiciar à família o sustento necessário para uma vida equilibrada e sensata, é o que todos nós desejamos e, juntos, vamos lutar para conquistar isto, em futuro próximo, para que o povo do Distrito Federal se orgulhe desta Câmara Legislativa. Muito obrigado.

O SR. PEDRO CELSO — Muito obrigado pelas palavras do Deputado Peniel Pacheco.

Concedo um aparte ao Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA — Companheiro Pedro Celso, além de trazer a nossa solidariedade, nosso apoio à luta dessa brava categoria, eu gostaria de deixar registrado aqui o nosso posicionamento a respeito da estatização do transporte coletivo no Distrito Federal. Temos de impedir que um serviço público de primeira necessidade para a população continue sendo objeto de lucro de poucos empresários. E aqueles que dizem que não têm dinheiro para aumentar os salários dos seus empregados podem até comprar a Vasp. Temos de acabar com esse tipo de exploração, a dupla exploração, a exploração do trabalhador assalariado que paga uma alta passagem e do que trabalha nas empresas de ônibus e recebe um salário aviltado. Tem todo o nosso apoio, inclusive, na luta pela estatização do transporte coletivo no Distrito Federal.

O SR. PEDRO CELSO — Muito obrigado.

Concedo um aparte ao Deputado José Edmar.

O SR. JOSÉ EDMAR — Companheiro Pedro Celso, quero trazer aqui o nosso apoio e dizer que o meu partido defende não só a melhoria salarial como também a participação do empregado nos lucros da empresa. Acho que, por ser esta matéria constitucional, não devemos resolver esse problema nesta Casa. Estaremos apresentando um projeto de lei nesta Casa para fazer constar na nossa Lei Orgânica que os empresários devem fornecer aos seus empregados balancetes mensais, a fim de que, aí sim, possamos cobrar salários justos para todos as categorias de trabalhadores.

O SR. PEDRO CELSO — Concedo um aparte ao Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE — Nobre companheiro de luta, gostaria de deixar registrada nos Anais desta Casa a preocupação do nosso partido quanto à aplicação do Regimento Interno do Senado Federal a esta Casa, por entender que o mesmo está prejudicando o nosso partido, que na concepção da 1.ª Secretaria, nas reuniões preliminares, tinha um papel bastante fortificado, mas no processo das negociações, teve sua função extremamente esvaziada. Como o companheiro Pedro Celso não poderá participar das comissões, entendemos, hoje, constituir isso um sério prejuízo político, não somente para o Partido dos Trabalhadores, mas para todo o Distrito Federal. E digo, Sr. Deputado, que a nossa preocupação decorre do grande mote do Governo do Distrito Federal, que, como é do conhecimento de todos os Srs. Deputados e de todo o público do Distrito Federal, será a questão do metrô. Entendemos que, na discussão da questão do metrô nas comissões, será de imensa perda a ausência do nobre companheiro nessa discussão. Portanto, nobre Deputado, em nome do Partido dos Trabalhadores, como Deputado, eu gostaria de registrar a nossa mais profunda preocupação, entendendo que os companheiros Deputados poderão reverter isso no Regimento a ser aprovado dentro dos próximos dias. Espero que esta Casa, compreendendo a necessidade da participação do nobre Deputado nesse projeto, possa garantir, efetivamente, no novo Regimento

Interno, a participação do 1º Secretário na Comissão de Assuntos Sociais, ou Assuntos Econômicos, para que esta questão do metrô seja discutida com mais profundidade, por entendermos que o companheiro, neste momento, é aquele capaz de polarizar efetivamente as opiniões sobre o projeto do metrô, que até agora não foi efetivamente discutido no seio da comunidade do Distrito Federal. Muito obrigado.

O SR. PEDRO CELSO — Concedo o aparte ao nobre Deputado Edimar Pireneus.

O SR. EDIMAR PIRENEUS — Sr. Deputado Pedro Celso, nós nos posicionamos aqui contra a privatização do transporte urbano do Distrito Federal. Na comunidade de Brazlândia, o serviço de transporte passou para a empresa privada, e isso não teve o efeito que se diz por aí. Pelo contrário, as reclamações aumentaram. Estamos ao lado do trabalhador no transporte, defendendo suas reivindicações quanto a salários, e contra a privatização. Muito obrigado.

O SR. PEDRO CELSO - Concedo o aparte à Deputada Maria de Lourdes Abadia.

IA SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA Companheiro, neste aparte, quero deixar registrada a minha solidariedade como Deputada Distrital de Brasília e também, eu não diria como líder, porque estamos discutindo aqui a questão, mas firmar a posição do PSDB junto ao pessoal dos transportes coletivos de Brasília. São indignos os salários que eles estão recebendo.

Há dias, discutindo com um grupo de rodoviários, eles mostravam que estão ganhando CR\$ 40.000,00, enquanto que um aluguel num barraco de fundos da Ceilândia ou em Taguatinga já passa de Cr\$ 50.000,00. E eles perguntavam: "Como podemos sustentar as nossas famílias e viver com este salário?"

Na verdade, a inflação subiu muito, o custo de vida subiu muito, e nunca, como foi dito aqui, os salários foram tão achatados como agora. E ouvimos discursos e mais discursos, principalmente na época da campanha, em que tivemos um candidato da área dos transportes coletivos pregando até a divisão de lucros com os trabalhadores. Acho que seria uma boa oportunidade, agora que eles estão lutando por esses salários, de cobrar aquelas promessas. Isso está gravado nos programas de televisão. Seria uma boa oportunidade de os trabalhadores requisitarem essas fitas e cobrarem dos donos de empresas esse Compromisso. Fica aqui registrada a minha solidariedade à causa dos trabalhadores injustiçados de Brasília.

O SR. PEDRO CELSO - Muito obrigado, Deputada Maria de Lourdes Abadia.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Cláudio Monteiro.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO - Desejo ser breve e não ocupar o restante do seu tempo. Venho me solidarizar com V. Exa. pela colocação feita.

Ao longo dos anos, V. Exa. tem demonstrado firmeza e um caráter superior na disputa e na preservação dos direitos dos rodoviários. Gostaria de elogiar também o sindicato, bem como toda categoria que tem servido de exemplo e espelho às demais categorias de Brasília e 99 País na defesa de seus interesses. É só assim, com a união e a participação de todos, que nós, trabalhadores, conseguiremos tomar aquilo que nos retiram todos os dias. Espero e tenho certeza de que V. Exas. darão a demonstração a esse Governo que tem sempre se colocado na posição de Pilatos, de lavar as mãos. Uma categoria unida será sempre respeitada e conseguirá atingir os seus objetivos. Muito obrigado.

O SR. PEDRO CELSO - Muito obrigado, Deputado Cláudio Monteiro.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO - Em nome do PCB, gostaria de dizer que consideramos justa a reivindicação dos companheiros rodoviários de Brasília. O salário de fome que lhes têm imposto não é mais admissível nesta cidade. Sabemos que alguns dos empresários dos transportes rodoviários de Brasília possuem hoje algumas das maiores riquezas deste País.

O salário está baixo, e a tarifa está alta.

Simultaneamente com a nossa luta pelo aumento salarial, devemos passar a uma luta que exija neste instante o empenho do Governo do

Distrito Federal no que concerne à revisão das planilhas de custos, de tal forma que a tarifa para o povo desta cidade seja uma tarifa digna, e que o trabalhador possa pagá-la. Muito obrigado.

O SR. PEDRO CELSO — Muito obrigado, Deputado Carlos Alberto.

Vou concluir, Sr. Presidente, visto que o meu tempo está bastante exíguo. Os rodoviários não trazem aqui somente reivindicações corporativistas. Trazem também propostas de melhoria e moralização do sistema de transporte, inclusive acolhendo a proposição do Deputado Carlos Alberto no sentido da moralização e transparência desse sistema, como por exemplo a rediscussão do Conselho de Transportes e mudanças imediatas na estruturas e funcionamento do viciado DTU - Departamento de Transportes Urbanos, que permanece com a mesma estrutura, mesmo tendo mudado de governo e de secretário.

Ainda ontem, em conversa com o secretário de Transportes, Marcelo Perrupato, expusemos a ele a necessidade de mudar pessoas-chave dentro do DTU, porque aquele sistema está bastante viciado. Pedimos ainda a renovação, ampliação e fortalecimento da empresa pública TCB, que ao longo dos anos vem sendo sucateada, Suas melhores linhas e seus melhores rendimentos dados de graça à iniciativa privada.

Pedimos, ainda, a integração de todos os fiscais e despachantes, que trabalham na soltura e controle da operação, ao quadro do pessoal do GDF, com salários unificados, isso para a moralização e centralização da fiscalização do transporte da nossa cidade.

Vou conceder o aparte ao Deputado José Ornellas.

O SR. JOSÉ ORNELLAS — Sr. Deputado Pedro Celso, as palavras às vezes são mal-entendidas. Quando V. Exa. fala em "muitos anos", quero lembrar que no meu Governo, há oito anos, a TCB, ao contrário, foi dessucateada. Muita gente foi admitida, ela se recompôs, pois era deficitária, seus funcionários eram relativamente bem pagos e havia uma fiscalização constante. Não se dispensava multa que fosse contrária às determinações do Detran, da fiscalização. Quero repor aqui a verdade, porque os "muitos anos", ficam ao longo de muitos anos, e é preciso que se verifique por obséquio, faça-o V. Exa. - o que na época em que fui Governador aconteceu com a TCB. Ela foi recuperada.

O SR. PEDRO CELSO - Digo ao Nobre deputado que muitas vezes a expressão fica muito genérica. Esse levantamento que V. Exa. propõe vamos procurar fazer. A verdade é que a empresa hoje vive uma situação pré-falimentar, de bastante dificuldade.

Trazemos ainda algumas sugestões. Os arrecadadores deveriam ser funcionários do GDF. Refiro-me àqueles que arrecadam diariamente a fêria em todos os terminais e garagens, 24 horas por dia. Esse recolhimento seria feito diariamente ao caixa único, e não quinzenalmente, como o é hoje, o que dá grande margem de manobra às empresas para negociarem com o dinheiro, acompanhado de toda a documentação financeira do sistema. Ainda sugiro que seja adotado medida moralizante para acabar com uma série de dúvidas: a implantação de tacógrafos em todos os veículos, para controle de quilometragem, de velocidade, da quantidade de paradas, do visor das roletas etc. Esse instrumento passaria a integrar a fiscalização sob controle do GDF. Para controlar a regularidade dos horários, que se implantem relógios em todos os terminais e garagens. Haveria, controle pelo GDF da chegada e saída dos ônibus 24 horas por dia. Entre outras, essas são reivindicações extremamente importantes da categoria dos rodoviários. Essas medidas moralizariam o sistema de transporte na cidade.

Agradeço, dizendo aos companheiros rodoviários, como também aos trabalhadores e pequenos produtores rurais, que voltem mais vezes a esta Casa trazendo suas reivindicações, para fazerem pressão democrática e justa, para que tenhamos um Legislativo à altura da nossa comunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Aroldo Satake.

O SR. AROLDO SATAKE (PDS. Sem revisão do orador.) — Sr.

Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, a participação do Distrito Federal no volume comercializado de hortigranjeiros é de apenas 3070, sendo que os outros 70% são importados de outros Estados. Isto por falta de uma política agrícola mais ampla e mais objetiva e que realmente atenda às necessidades daqueles que se propuseram trabalhar a terra para que possamos ter diariamente em nossas mesas um alimento tão importante à nossa saúde.

Dentre os muitos núcleos e colônias rurais criados para assentar os trabalhadores agrícolas, merecem destaque especial as colônias Águas Claras, Vicente Pires, Samambaia, Governador, Vereda da Cruz, Amiqueira, Marcílio Sanches e Comunidade Urbano-Rural, que integram o Projeto Águas Claras, implantado no polígono formado pelas vias Estrada-Parque Ceilândia, Estrada-Parque Núcleo Bandeirante e cidades-satélites de Taguatinga e Guará I e II. Essa região é uma das pioneiras na produção agrícola do Distrito Federal, pois já produzia hortifrutigranjeiros, antes mesmo da inauguração de Brasília.

Durante os últimos 30 anos, os vários governos que passaram por Brasília promoveram estudos para a redistribuição das áreas ocupadas desordenadamente. Mas somente em 1983, após concluído o estudo preliminar das áreas rurais e de interesse ambiental do Projeto Águas Claras, por um grupo de trabalho, com participação de técnicos da Secretaria de Viação e Obras, Secretaria de Agricultura, Companhia de Águas e Esgoto de Brasília, é aprovado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal. Quando Governador o nosso companheiro José Ornellas, deu-se início à demarcação, pela Fundação Zootécnica, das chácaras existentes na região. Esse processo foi concluído somente em 1988.

Após novo estudo, feito por uma comissão formada por técnicos do Departamento de Urbanismo, Companhia Imobiliária de Brasília, Secretaria Extraordinária para Assuntos de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Companhia de Eletricidade de Brasília, Companhia de Águas e Esgoto de Brasília, Fundação Zootécnica do Distrito Federal e Associação dos Produtores Rurais do Projeto Águas Claras e aprovado pelo Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente, respeitando também o disposto no Estatuto da Terra, quanto ao tamanho dos lotes.

É evidente que o cidadão que simplesmente transita pelas vias de escoamento de massa como a Estrada-Parque Taguatinga-Guará, Via Estrutural, etc., não pode ter idéia lúcida e justa acerca destas colocações. A verdade a respeito dos chacareiros do Projeto Águas Claras só pode ser colhida por aqueles que palmilham e convivem com o Projeto Águas Claras. Todas as pessoas que realmente conhecem este projeto e são isentas de preconceitos e não evadidas de segundos propósitos concluem que este é um autêntico modelo de reforma agrária, onde o Governo não gastou com eletrificação rural, abertura de estradas, correção e conservação do solo, implantação de rede telefônica, dentre outros. É preciso observar, ainda, que o Governo não deu terra, ele está regularizando o direito de posse.

Achou por bem o Governo, à época, colocar um desafio aos produtores: transformar aquelas terras áridas, verdadeiro esconderijo de marginais, em áreas produtivas. E assim realizou-se ali o assentamento dessas famílias oriundas das demais colônias agrícolas do Projeto Águas Claras e proximidades de Taguatinga, Guará e Núcleo Bandeirante. Não sendo suficiente, o Governo providenciou expansão, ainda, nas colônias onde foi possível. Todos os assentamentos foram criteriosamente implantados e desenvolvidos pelos órgãos competentes do Governo, conforme documentos que estão comigo à disposição de V.Ex^ª.

Ressalve-se, finalmente, que, se não bastasse a importância social que o referido projeto já comprovou, veríamos pela necessidade do cinturão verde que se está consolidando com a preservação dos mananciais num verdadeiro equilíbrio do ecossistema, formando um pulmão de oxigenação para as cidades próximas.

É preciso só se falar com conhecimento de causa, pois muitos são os fatores que emperram a produção no setor rural do Distrito Federal.

Concedo o aparte à companheira Deputada Rose Mary Miranda.

A Sr^ª. Rose Mary Miranda — Sr. Deputado Satake, sem querer atrapalhar o seu bonito discurso, quero dirigir-me aos chacareiros de

Águas Claras. V.Ex^ª., nobre companheiro, melhor do que ninguém, sabe do sofrimento dessa gente, porque V.Ex^ª. e eles vivem do que a terra produz. Com suas mãos calejadas — porque apertei a mão de alguns deles e pude sentir suas mãos calejadas — esses verdadeiros trabalhadores brasileiros, que levantam antes do sol nascer, trabalham com suas mãos e seu suor aquela terra, terra árida, e conseguem produzir alimentos para a mesa do brasileiro. V.Ex^ª., melhor do que ninguém, com suas belas palavras, está nesta Câmara Legislativa defendendo os seus direitos, graças a Deus, porque esses homens há muitos anos vivem sem ninguém para gritar por eles. Eram apenas jogados em pequenas áreas, trabalhando para outras pessoas — e ainda continuam assim — que exploram seu suor, seu trabalho. São homens, mulheres e crianças que vivem da terra e que não têm o menor reconhecimento, nem o direito de dizer: "Essa terra é minha; esse chão em que planto e produzo é meu". Nem a isso eles têm direito. O pessoal de todas as áreas rurais é sofrido. São mulheres sofridas que têm no rosto a marca de um tempo que ainda não chegou para elas. São crianças que não têm o direito de frequentar uma escola. São jovens obrigados a saírem de lá e virem para as grandes cidades, onde muitos deles se transformam em marginais, porque ninguém se preocupa em beneficiar essas pessoas. Ora, sabemos, todo mundo sabe, que só através de uma reforma agrária e dando, realmente, um incentivo a esses homens, esses verdadeiros trabalhadores da terra, o País crescerá. Mas, infelizmente, ninguém se preocupa com isso. No entanto, vai ser aqui e agora, com a sua força, nobre Deputado, e com a nossa, que esses homens, essas mulheres, essas crianças e esses jovens terão o respeito e a dignidade que merecem. Parabéns a V.Ex^ª.

O SR. AROLDO SATAKE - Ouço o nobre Deputado Jorge Cauhy.

O Sr. Jorge Cauhy — Sr. Deputado, já acompanho, há mais de vinte anos, o sofrimento dos chacareiros de Águas Claras. Já estive muitas e muitas vezes, nos momentos mais difíceis, de mãos dadas com essas criaturas que passaram os maiores tormentos para poderem regularizar suas chácaras. Ali estão homens simples, trabalhadores, homens honestos que dedicam sua vida inteiramente à produção. Há ainda, Sr. Presidente, mais um fato importante. Os chacareiros daquele setor de Águas Claras já receberam três troféus: o primeiro, o segundo e o terceiro lugares em produtividade. Quem não conhece aquele setor deverá conhecê-lo. Quero aproveitar a oportunidade para convidar todos os deputados — marcaremos uma data — a fim de, juntos, visitarmos o setor chacareiro de Águas Claras. Quero dizer também, Sr. Presidente, que o chacareiro trabalha dia e noite, enfrenta o sol, enfrenta a chuva, enfrenta dificuldades de toda espécie. Portanto, qual o chacareiro que, produzindo, ganhando dinheiro com seu suor, não tem o direito de construir uma casa melhor, com piscina, e dar conforto para a sua família? É um absurdo quando se contesta que o chacareiro tem de morar num barraco de madeira. Se eles trabalham, têm direito de fazer suas casas, com piscina, a fim de dar conforto para sua família, para seus filhos, que eles continuam trabalhando. Quero dizer aos chacareiros de Águas Claras que terão todo apoio desta Câmara Legislativa. Tenho certeza de que todos os deputados estão solidários com os chacareiros de Águas Claras. Contem conosco, estamos a seu lado. Já sofri muito ao seu lado, e quero continuar sofrendo junto até que um dia possam dizer: "Somos felizes porque vencemos a batalha". Todo homem que tem fé vence as batalhas. E os chacareiros vão vencer essa batalha, porque nós estamos juntos com eles. Muito obrigado.

O Sr. José Edmar — Permite-me V.Ex^ª. um aparte?

O SR. AROLDO SATAKE - Nobre Deputado José Edmar, permita que eu conclua o meu raciocínio e, em seguida, eu lhe concederei o aparte.

Prossigo, Sr. Presidente.

Como podem observar, o assentamento dos produtores rurais no Projeto Águas Claras não foi feito aleatoriamente, como também foi criterioso o processo de arrendamento das áreas, só concedido a pessoas com real capacidade de trabalhar a terra ou investir na produção agrícola. A importância dessa atividade levou o atual Governo a determinar estudos no sentido de promover a posse

definitiva da área a todos os que estão cumprindo a finalidade do projeto, pois a atual situação de arrendatário tem dificultado os produtores na obtenção de financiamento para a compra de insumos, máquinas agrícolas e sistemas de irrigação, visando a aumentar a produção. Ao mesmo tempo, um levantamento indicará que quem não estiver produzindo ou estiver promovendo a exploração imobiliária terá sua área retomada pela Fundação Zoobotânica, o que achamos justo. A Secretaria de Agricultura informa que, dada a importância do assunto, vão participar dos estudos e do levantamento todos os órgãos envolvidos com a questão fundiária, como a Codeplan, a Terracap, a Fundação Zoobotânica, o Incra, a Embrapa, o Ibama, a CAESB, a Procuradoria Jurídica e as Secretarias de Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente.

Por tudo isso, considero prematura a criação de uma CPI para tratar do assunto, como foi proposto pelo nobre Deputado Jose Edmar. Devemos aguardar o resultado do levantamento e as medidas que serão tomadas pelo Governo.

Quanto aos agricultores da Vila São José, o fato de restarem somente 57 famílias a terem suas áreas demarcadas, das 585 que ali residiam, prova que o Governo vem cumprindo fielmente o seu programa de assentamento, tanto na área urbana como na rural. Aproveito a oportunidade e solicito ao Presidente envidar esforços junto ao Governo do Distrito Federal no sentido de agilizar a demarcação dos lotes dessas 57 famílias.

Ouçó o aparte do nobre Deputado José Edmar.

O Sr. José Edmar — Nobre Deputado Satake, fiquei feliz quando V. Exa. citou que, finalmente, depois de dez, quinze anos, vamos assentar aqueles humildes trabalhadores que estão com funções agrícolas naquela região de Vicente Pires, conhecida como Vila São José. Ali, tinham quinhentas e poucas famílias; destas famílias, mais de duzentas eram de produtores rurais. Pediria que os produtores rurais não saíssem, porque irei até o gabinete buscar uma documentação, onde vou ler nomes de pessoas que estavam lá, há 19 anos o Deputado Jorge Cauhy nos convida para visitar Águas Claras. Também faço um convite aos nobres Deputados para visitarem aquela localidade, verem chácaras que foram retomadas e que hoje estão nas mãos de pessoas que não têm nenhuma função agrícola. O meu pedido da criação de uma CPI visa, prioritariamente, a regularizar a situação das chácaras. Não sou contra o produtor rural; pelo contrário, pois sou um produtor rural. Porém, sou contra a especulação. V. Exa. cita a exploração imobiliária que é retomada pelo Governo. É por isso que vejo necessidade de instalarmos uma CPI. Esta CPI não visará a prejudicar nenhum produtor agrícola, porém, a corrigir as distorções, punir aqueles que estão cometendo irregularidades naquele determinado local. V. Exa. está em conformidade com o meu posicionamento. Por isso, tenho a convicção de que a CPI deve ser instalada, porque existe o problema da Estrutural, que também vai ser transformada em chacara, e lá ainda não há produtor rural. Existe uma área vazia que pode se transformar em área de mansões. Posteriormente, trarei uma farta documentação para constanciar o que disse.

O SR. AROLDO SATAKE — Nobre Deputado, parece que a Fundação Zoobotânica tem, no contrato de arrendamento, o plano de utilização do solo. Daqueles que não estiverem dentro deste plano acredito que o terreno possa ser retomado.

O Sr. Salviano Guimarães — V. Exa. me permite um aparte nobre Deputado Aroldo Satake?

O SR. AROLDO SATEKE — Concedo aparte ao nobre Deputado Salviano Guimarães.

O Sr. Salviano Guimarães — Deputado Aroldo Satake, ao ouvir palavras de V. Exa., recordei-me do meu tempo de estudante, em 1963/64, quando fui para o Núcleo Alexandre de Gusmão, hoje INCRA-8, INCRA-9, para trabalhar ali como estagiário, no primeiro projeto de reforma agrária deste País. Como estudante e pessoa consciente, defendo até hoje esse projeto de reforma agrária, que infelizmente foi paralisado por forças inexplicáveis, e o Distrito Federal passou a ser o grande detentor das terras. Os homens que trabalham no campo, como esses produtores e pequenos chacareiros de Águas Claras, Rajadinha, Capão Seco e de outros núcleos rurais de todo o

Distrito Federal não têm, ainda, possibilidade de produzir e de trabalhar com tranquilidade, porque colocam na terra não apenas o seu suor, mas sim suas próprias vidas, não tendo sequer o direito de serem proprietários dessas áreas. (Palmas).

Nós, que conhecemos profundamente a situação do campo no Distrito Federal e nos municípios do Entorno, que lutamos para que esses pequenos produtores tenham, finalmente, o direito de propriedade reconhecido, apresentaremos, nesta Casa, um projeto de lei, obrigando a Câmara do Distrito Federal a transferir para os pequenos produtores, para aqueles que estão há alguns anos trabalhando, o direito de propriedade, para que possam, finalmente ser proprietários daquele pequeno espaço onde trabalham, onde ganham a vida e onde produzem alimentos para sustentar o homem da cidade. De modo que estamos solidários com todos os trabalhadores rurais e com todos os produtores rurais que estão nessa luta, para que possam se fixar, definitivamente, no campo e ter reconhecidos os seus direitos. Muito obrigado.

O SR. AROLDO SATAKE - Gostaria de lembrar aos nobres Deputados que o Projeto Águas Claras é responsável pela produção de 60% das folhagens consumidas em Brasília.

O Sr. Wasny de Roure — V. Exa. me concede um aparte?

O SR. AROLDO SATAKE — Concedo o aparte ao nobre Deputado Wasny de Roure.

O Sr. Wasny de Roure — Sr. Presidente, nobre Deputado Aroldo Satake, companheiros de plenário, não tenho dúvida de que a questão fundiária do Distrito Federal vai ser o grande tema desta Câmara, e nós sabemos que, efetivamente, esse interesse está implantado nesta Casa. Para que esta matéria seja discutida, deverá começar por um processo de inquérito sobre como a Fundação Zoobotânica distribuiu as áreas rurais dentro do Distrito Federal. Não podemos nos silenciar, aqui, diante da distribuição equivocada, privilegiando, sobretudo, grandes empresários do Distrito Federal. Aqui coloco, para os companheiros de Águas Claras, uma grande preocupação que temos com a titulação das terras de 2, 3, 4 e 5 hectares que poderá ser, sem dúvida, uma grande segurança para os companheiros que lá residem há 20, 25 anos. Mas também representará um grande risco para os companheiros que serão atraídos pelos milhares de cruzeiros que lhes serão oferecidos, porque as terras, sobretudo as de Águas Claras e muitas outras próximas ao centro urbano, são altamente valorizadas. Há grandes interesses imobiliários por elas. Por parte do Partido dos Trabalhadores, queremos deixar a garantia aos trabalhadores rurais que encontrarão todo o apoio na defesa de seus interesses. E ainda lembro àqueles que há pouco mencionaram as Escrituras Sagradas como apoio à titulação de terras que estão tendo uma visão equivocada, porque o modelo judaico previa que a terra poderia ter apenas função social. Assim, entendo que a terra deve resgatar a sua função produtiva, de apoio à sobrevivência da população. Não é, sem dúvida nenhuma, detendo maior extensão de terra que teremos amparo e melhores condições de vida.

Portanto, nobres Deputados e caros companheiros trabalhadores rurais, pequenos e médios produtores, entendo que esta questão deve ser exaustivamente discutida e que se deve privilegiar aqueles que efetivamente estão produzindo ou estarão dispostos a produzir. Não pretendo, neste aparte, fazer um discurso para dar apoio, respaldo, nas suas entrelinhas, aos grandes especuladores imobiliários.

O SR. AROLDO SATAKE — Sr. Presidente, entendo que especulador é aquele que, tendo conhecimento do assentamento rural, invade uma determinada área ou compra a propriedade daqueles menos informados. No momento mais oportuno, ele vende esse terreno, sem nele investir.

Aproveito para registrar a presença, nas galerias desta Casa, de alguns dos produtores rurais assentados no Projeto Águas Claras, homens e mulheres que trabalham a terra com as mãos para que tenhamos diariamente em nossas mesas alimentos sadios. Mais que trabalhadores, são heróis e merecem todo o nosso respeito. Entre eles, alguns produtores premiados nas exposições e feiras agrícolas de Brasília e que são merecedores de ter seus nomes citados nesta tribuna: Melquiades Fonseca Aguiar, Henrique Horn, Adão Pedro,

João Gonzaga, Bernardino José Souza, Helena Sacuray, José Kubota, Inácio Veras, Tião do Norte, Mithiu Usaga, Robervaldo Decha e Natalício Decho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) - Com a palavra o Sr. Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, de acordo com o Regimento Interno, os apartes não deverão exceder a dois minutos. No entanto, quando falava anteriormente, meu tempo foi prejudicado pelos apartes que recebi.

Quando, no meu discurso, citei a Bíblia Sagrada, não o fiz por demagogia. Apenas disse que a Bíblia preconiza que o trabalhador é digno do seu salário, não importa se trabalhador do campo ou não,

Quando se afirma que os trabalhadores aqui presentes nas galerias venderão suas terras em face de pressão de propostas de dinheiro, supõe-se que estarão dispostos a vender sua honra.

Não acredito nisto. Esses homens que aqui estão querem, de fato, o direito de plantar na terra e que esta seja sua propriedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Dando prosseguimento ao Grande Expediente, ouviremos agora o Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de tratar do tema que me traz à tribuna, concedo aparte ao nobre Deputado José Edmar, que deseja fazer uma comunicação aos que nos assistem das galerias.

O SR. JOSÉ EDMAR - Obrigado, nobre Deputado. Comunico aos que estão nos assistindo que aguardem meu pronunciamento. Tenho em mãos documentos que me facilitarão explicar o porquê da constituição da CPI. Não há motivos para terem medo. Os especuladores imobiliários, sim, podem temer, porque serão prejudicados quando a CPI apurar a existência de chácaras que estiverem irregulares.

Produtores rurais, fiquem tranquilos. Defenderemos a posse e a regularização da terra.

O SR. WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, darei início ao meu pronunciamento, lembrando lamentável incidente ocorrido no início da sessão. No gabinete de um dos nossos Colegas do Partido dos Trabalhadores foi recebido um telefonema, através do qual se comunicava a existência de uma bomba nesta Casa. Acho que se trata de um trote, forma de questionar a capacidade que esta Casa tem de polarizar suas forças.

Sr. Presidente, desejo expressar minha preocupação com os trabalhadores rurais do Distrito Federal. Entre os muitos problemas que os afligem, desejo reportar-me, mais especificamente, à possível contaminação desses companheiros pelo uso inadequado e inescrupuloso de agrotóxicos. Poderia enfatizar, no tempo disponível, inúmeras situações indesejáveis causadas pelo uso descontrolado de agrotóxicos, mas prevaleceu minha preocupação com a vida do companheiro trabalhador rural. Quantos já morreram por crise aguda de intoxicação? Quantos tiveram suas vidas abreviadas por intoxicações crônicas? Quantos outros terão morte prematura por agrotóxicos? São indagações dessa natureza que me levaram ao uso da palavra.

O desenvolvimento da agricultura brasileira nos últimos vinte anos envolveu inúmeras transformações que alteraram profundamente tanto a composição das culturas como os processos produtivos e padrões tecnológicos até então em vigor. Estas mudanças ocorreram acentuadamente nos Estados do Centro-Sul do País, principalmente a partir da década de 70, quando vários fatores propiciaram o processo de modernização da agricultura. Fatores como as condições econômicas favoráveis para a expansão de determinadas culturas, associadas à disponibilidade de modernas tecnologias desenvolvidas para esses produtos — normalmente produtos ligados à pauta de exportação e explorados pelos grandes capitalistas do setor agrícola — e apoiados por incentivos específicos das políticas dirigidas ao setor agrícola, tiveram grande contribuição no impulso dado à agricultura neste período. No Distrito Federal, a modernização da agricultura ocorreu em função das políticas de redução da dependência no abastecimento

de hortigranjeiros e de transformação do Distrito Federal em pólo de produção de grãos para a agricultura de cerrados.

O processo de modernização da agricultura brasileira, entendido como uma série de transformações tecnológicas nos processos produtivos, intensificou o emprego de determinados fatores de produção, como os insumos modernos, entre eles os produtos agrotóxicos destinados ao controle de pragas, doenças e ervas daninhas. É devido a esse processo de modernização, cuja tecnologia disponível e políticas de apoio à produção beneficiavam quase exclusivamente a grande produção, que o consumo de agrotóxicos evoluiu, no Brasil, de 16 mil toneladas, em 1964, para 61 mil toneladas, em 1984. O ano de 1964 foi um marco para a indústria de agrotóxicos pela chegada ao poder de um regime afinado com os seus interesses. O general Golbery do Couto e Silva, um dos arquitetos do golpe militar, era Diretor da Dow Química, uma das principais firmas do ramo.

As conseqüências da aplicação indiscriminada dos agrotóxicos, principalmente nas grandes áreas de exploração agrícola, são avassaladoras:

- alguns herbicidas se volatilizam e são carregados pelo vento, alcançando e destruindo as plantações vizinhas;

- vários inseticidas organoclorados passam do solo para a atmosfera e contaminam outras áreas;

- aplicações aéreas de agrotóxicos afetam as populações de comunidades rurais próximas às culturas tratadas;

- poluição das reservas hídricas provocada principalmente pelos responsáveis pelas grandes plantações existentes;

- os inseticidas clorados orgânicos permanecem no solo por períodos longos e podem ser transferidos do solo para as culturas seguintes ou passam para a carne bovina ou para o leite de vaca através da alimentação;

- com o emprego de agrotóxicos, um certo número de pragas é combatido, enquanto aumenta o número de pragas resistentes aos agrotóxicos;

- surgem novas pragas que antes eram inatuantes pela existência de inimigos naturais agora destruídos pelos agrotóxicos;

- contaminação de alimentos com resíduos de agrotóxicos.

O Distrito Federal não é impune a esse processo de modernização capitalista selvagem. Possui uma área de 475.000 hectares, dos quais 250.000 hectares são terras desapropriadas e transferidas para o Governo. Nessas áreas existem 14 Núcleos Rurais, 9 Colônias Agrícolas, 1 Programa de Assentamento Dirigido — PAD/DF e 95 áreas especiais, totalizando 1 50.000 ha. Nas áreas mais próximas os lotes menores são destinados à produção de hortaliças; os lotes de 20 a 50 ha se ocupam com a produção de outros produtos alimentares básicos; os lotes de 50 a 300 ha são destinados à pecuária e produção de grãos. Nas áreas não desapropriadas existe grande número de pequenas chácaras, hoje em quantidade aproximada de 5.400.

Nessas áreas de produção agropecuária a população economicamente ativa é de aproximadamente 20.000 habitantes. São esses agricultores que se responsabilizam (dados de 1 985) pela produção de mais de 70.000 toneladas de hortaliças, 14.000 toneladas de frutas e 65.000 toneladas de grãos, além da produção de carnes, ovos e leite. Os índices de produtividade obtidos, graças ao uso de técnicas agropecuárias por uns consideradas modernas, são bastante elevados. Exemplos: 2.000 Kg/ha de soja, 5.000 Kg/ha de alho e 26.800 Kg/ha de cenoura. Entre essas técnicas ditas modernas, porém de conseqüências que muitas vezes são desastrosas para a saúde humana e para o meio ambiente, encontram-se os agrotóxicos.

Os problemas causados à saúde dos trabalhadores rurais pelos agrotóxicos são amplamente conhecidos. Nos países do Terceiro Mundo, dados da Organização Mundial de Saúde indicam que cerca de 400.000 pessoas são envenenadas anualmente por agrotóxicos; nesses mesmos países, 10.000 pessoas morrem por ano.

As estatísticas sobre o Brasil também são bastante contundentes (com base em pesquisas realizadas):

- 500 pessoas morreram e mais de 8.000 foram envenenadas, no período de 1982 a 1984, nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo;

— o Centro de Intoxicações de Campinas, São Paulo, afirma que ao menos 280.000 brasileiros — 2% da população — são contaminados anualmente por agrotóxicos; afirma ainda que para cada caso registrado em hospitais há cerca de 250 vítimas não registradas;

! — em 1983, a Universidade de Campinas, São Paulo, em pesquisa realizada na região de Campinas, constatou que de 1.073 trabalhadores rurais entrevistados, 133 já haviam sido envenenados por agrotóxicos e 47 foram internados pelo menos 1 vez; apenas 386 dos 1.073 entrevistados lidavam diretamente com os agrotóxicos;

[— em outro levantamento, segundo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná, até 1981 morriam anualmente, em média, até 50 trabalhadores rurais paranaenses intoxicados por agrotóxicos;

! — de 20 mulheres grávidas que trabalharam na safra de 1985 de fumo, em município a 80 Km de Curitiba, 12 abortaram em consequência do uso indevido e excessivo de agrotóxico;

— em dez municípios do oeste do Paraná, de cada 100 agricultores, 35 estão com veneno no sangue, segundo pesquisa da Cooperativa Agropecuária de Cascavel;

i — pesquisa realizada na região de Nova Friburgo, Rio de Janeiro, revelou que entre 40 e 50% dos produtores rurais de hortigranjeiros apresentam níveis de intoxicação por agrotóxicos.

] No Distrito Federal, informações disponíveis afirmam que até 1989 foram realizados apenas 772 exames de sangue, constatando-se, pasmem, que 17% se encontravam contaminados, por agrotóxicos. Em 1990, foram realizados apenas 90 exames de sangue, com dois casos de contaminação.

] Face ao exposto, colegas Deputados Distritais, assusta-me a idéia de que muitos companheiros trabalhadores da área rural estejam contaminados, que estejam condenados à morte ou, no mínimo, a doença que os debilitem. Assusta-me a constatação de 17% de contaminação até 1988, cuja projeção para o número de produtores do Distrito Federal significa que existem aproximadamente 3.500 produtores contaminados os 17% da população economicamente ativa do setor primário. Assusta-me saber que apenas 90 exames de sangue foram realizados, em 1990. Sem dúvida, é número extremamente reduzido, face à existência de quase 19.000 produtores dentro do Distrito Federal. Assusta-me saber que ainda perdura a situação de ausência de uma lei de controle do uso de agrotóxicos no Distrito Federal.

Proponho que as Secretarias de Saúde e de Agricultura sejam solicitadas a desenvolver trabalho intensivo no meio rural brasileiro, através dos postos de saúde e dos escritórios da Emater, com o objetivo de diagnosticar e providenciar o tratamento dos casos identificados e desenvolver ação educativa sobre uso de agrotóxicos junto aos agricultores do Distrito Federal. Que o trabalho de diagnóstico e ação educativa seja realizado em estreita ligação com os grupos formais e informais de representação dos produtores e trabalhadores rurais do Distrito Federal.

] O custo humano, pelo uso inadequado e inescrupuloso de agrotóxicos, é grande demais e precisa urgentemente ser eliminado. Não deixemos que o Distrito Federal sofra, a cada dois ou três anos, uma tragédia equivalente à de Bhopal, na Índia, com milhares de mortes causadas pelos agrotóxicos da Union Carbide. Que não esperemos, sobretudo, para contar os caixões para identificar se é verdade...

] Tudo isso para que haja justiça.

] Concedo aparte ao nobre Deputado Carlos Alberto.

i **O SR. CARLOS ALBERTO** — Quero parabenizar o companheiro pelo seu profundo discurso a respeito desse tema, lembrando-lhe que temos todas as condições de possuímos uma agricultura que signifique verdadeiro modelo agrícola, pelo tamanho e pela forma que é distribuída nossa área agrícola. Quero lembrar-lhe que essa questão dos agrotóxicos está vinculada a pensar-se numa agricultura que, efetivamente, não seja apenas instrumento de lucro, mas possa alimentar nossa população. Isto deve estar vinculado à concepção de humanidade, de meio ambiente, enfim, uma concepção ecológica. Lembro-me do tema anterior, que foi discutido pelo nobre Deputado Satake, algo que me preocupa. Parece-me que a proposta de titulação da nossa terra configura-se numa espécie de reforma agrária ao contrário. Está vinculada a essa questão de modelo agrícola do Distrito

Federal, que seja inovadora, uma proposta avançada e progressista para nossa sociedade. Enquanto no resto do Brasil, quando se fala em reforma agrária, está-se falando em considerar grandes áreas de terras latifundiárias e distribuí-las aos que nela moram, trabalham e produzem. Aqui se está falando em fazer a reforma agrária para criar grandes latifúndios, submeter esses pequenos produtores ao risco da especulação imobiliária, à pressão do poder econômico, para que vendam suas terras em áreas altamente valorizadas, porque nossas áreas agrícolas são praticamente dentro da cidade, tornando-as extremamente valorizadas.

Isso nos leva ao risco de, com este tipo de reforma agrária, ao invés de estarmos acabando com os latifúndios, estarmos criando os latifúndios no Distrito Federal. Essa é uma questão importante, como V.Exa. falou, e talvez seja uma das mais sérias nos debates e discussões quando examinamos a nossa Lei Orgânica. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, antes de encerrar a minha intervenção desta tarde, não poderia deixar de registrar o lamentável incidente ocorrido, porque esta matéria é de extrema importância, sobretudo para os companheiros trabalhadores rurais, pequenos e médios produtores que lidam com agrotóxico.

Sabemos que Brasília, recentemente, foi afetada. Este fato mereceu, ontem, pronunciamento do nobre Deputado Satake, com relação à contaminação dos tomates no Distrito Federal. Se verdade ou não, não entro no julgamento, mas esta matéria é extremamente relevante. Esta manifestação de hoje poderia ter sido mais produtiva se essa matéria tivesse sido tratada.

Entendo que a questão da titularidade da terra é extremamente polêmica dentro do Distrito Federal, e não podemos tratá-la de forma simplesmente corporativista e que envolva interesses outros.

Entendo, ainda, que os trabalhadores e produtores rurais merecem e têm todo o direito a uma garantia de trabalho e de vida, mas entre isto e uma titularização da terra, que nada mais vai representar a médio prazo do que a concentração da terra, conforme os indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que aponta que as pequenas e médias propriedades rurais do Brasil foram se aglutinando e se transformando em grandes propriedades rurais, creio que temos ainda de refletir.

O índice de concentração de terra no Brasil, hoje, é simplesmente alarmante.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Dando prosseguimento ao Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ — (PC do B - Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, não pretendo utilizar todo o meu tempo.

Apenas gostaria de registrar duas questões muito rapidamente. A primeira diz respeito à atitude do atual Governador, que revogou a privatização dos serviços públicos funerários do Distrito Federal. É com grande alegria que registro este fato como a primeira grande vitória desta Câmara Legislativa. Denunciamos com veemência esta festa macabra do ex-governador com o dinheiro do contribuinte. Diversos parlamentares apresentaram o seu repúdio contra esta situação, como a deputada Maria de Lourdes Abadia, o deputado Manoel Andrade e a deputada Rose Mary Miranda. Inclusive apresentamos um projeto em comum acordo com os trabalhadores do Sindicato.

Mais do que uma vitória política, foi a comprovação do papel que deve desempenhar a Câmara Legislativa. Foi também uma lição para o movimento sindical. Logo que tomamos posse, fomos procurados por diversos companheiros sindicalistas que denunciavam a privatização. Fomos para a tribuna, denunciemos, mas não ficamos apenas no discurso vazio. Buscamos o contato permanente com as entidades sindicais, porque a nossa atuação, particularmente dos deputados progressistas, de esquerda, deve ser exatamente assim, com um estreito contato com o movimento popular organizado.

Só conseguiremos êxito dentro desta Casa, nas batalhas em defesa

dos trabalhadores, se as nossas ações corresponderem à mobilização concreta dos setores organizados.

Não fomos eleitos por esquemas de distribuição de dinheiro ou por propostas fisiológicas. O nosso compromisso é com o nosso passado de lutas e o futuro das idéias que defendemos. Nenhum dos dois será possível sem uma ampla e restrita organização e participação popular.

Por isso, quero ressaltar e corrigir a afirmação que fiz no começo, quando disse que essa foi a primeira grande vitória da Câmara Legislativa, que só ocorreu porque os trabalhadores se mobilizaram e não ficaram esperando que os poderosos atendessem a seus desejos e defendessem os seus interesses.

Então, a reversão deste quadro da privatização foi uma vitória política da Câmara Legislativa.

Gostaria, também, de deixar nos Anais desta Casa a posição oficial, nacional, do Partido Comunista do Brasil com relação à guerra no Golfo Pérsico, lendo a nota oficial do Partido:

"A humanidade amanhece hoje ameaçada de viver os horrores de uma conflagração bélica cujas conseqüências são imprevisíveis.

A pretexto de desalojar tropas iraquianas que ocuparam o território do Kuwait em agosto do ano passado, o imperialismo norte-americano trata de iniciar a guerra. Conta para isso com uma jamais vista mobilização de tropas: meio milhão de soldados e artefatos de destruição altamente sofisticados, incluindo armas atômicas, condenadas mundialmente como instrumento de genocídio.

A fim de legitimar sua operação belicista no Oriente Médio, os Estados Unidos desencadearam uma grande campanha política, diplomática e propagandística. O presidente norte-americano, George Bush, espécie de novo Hitler, apresenta-se como defensor da "soberania" do Kuwait e como o líder mundial predestinado a salvar a humanidade da "ameaça tirânica" de Sadam Hussein. Os círculos imperialistas invocam inclusive falsos argumentos históricos, como se o mundo estivesse assistindo à repetição do confronto entre as civilizações do Oriente e do Ocidente. Com isso conseguiu uma certa unanimidade entre os Estados-membros da comunidade internacional que miseravelmente se curvaram, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) à diplomacia brutal do canhão e do dólar.

Mas, na verdade, o que ocorre atualmente no Golfo Pérsico é a continuação, por meios militares, da velha política expansionista do imperialismo norte-americano. Com suas imensas jazidas petrolíferas e posição geográfica estratégica, a região do Oriente Médio sempre foi alvo da cobiça dos grandes monopólios e da sociedade parasitária norte-americana. O que está em jogo no atual conflito não é nem de longe o território kuwaitiano, mas o controle político, econômico e militar de toda a região. Não é outra, senão esta, a razão por que o imperialismo sustenta há quatro décadas o estado expansionista e gendarme de Israel como ponta de lança contra os povos árabes e em particular contra a comunidade palestina.

O Partido Comunista do Brasil junta sua voz à de todos os democratas e pacifistas de todo o mundo e protesta energicamente contra a aventura bélica capitaneada pelo imperialismo norte-americano. Diante da terrível ameaça que se abate sobre povos, conclamamos a população brasileira a condenar em atos políticos e manifestações públicas a guerra de agressão dos Estados Unidos contra o Iraque, ao mesmo tempo em que repudiamos qualquer envolvimento do governo brasileiro na guerra, como caudatário dos interesses estadunidenses.

Firmes defensores da soberania nacional e da bandeira internacionalista de solidariedade com os povos agredidos, explorados e oprimidos, os comunistas brasileiros posicionam-se vigorosamente contra a guerra, em defesa de auto-determinação dos povos, do controle soberano sobre suas riquezas e integridade territorial.

Abaixo a guerra!

Abaixo o imperialismo norte-americano!

Pelo fim da intervenção militarista dos EUA no Oriente Médio!

São Paulo, 16 de janeiro de, 1991".

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Tem a palavra o nobre deputado José Edmar.

O SR. JOSÉ EDMAR (PSL. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, está prejudicada a minha fala, ante a manipulação do

Presidente da Associação dos Produtores Rurais, que aqui estava junto com os associados. Ele fez questão de retirá-los das galerias, para que não ouvissem o que estou aqui pronto a proferir.

Quero, de público, agradecer as palavras do companheiro deputado Satake que em momento algum destoaram das minhas.

Sou favorável ao assentamento dos produtores rurais, mas não posso pactuar com as cooptações, muito menos com a corrupção que se verifica na Fundação Zoobotânica, praticada por técnicos e outras pessoas que manipulam essas áreas, fazendo com que parem nas mãos de pessoas que têm um grosso calibre financeiro ou político, e que, ali, ao invés de promoverem a produção agrícola, fazem suas áreas de lazer.

O companheiro deputado Satake citou, publicamente, que as chácaras sujeitas à exploração imobiliária serão retomadas. Após esta colocação do deputado Satake que realmente vem ao encontro do interesse que aqui manifesto quando peço a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as distorções e fazer as correções necessárias naquele programa.

O SR. SATAKE — V. Ex.^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ EDMAR — Com prazer, deputado Satake.

O SR. SATAKE — Lembro a V. Ex., nobre deputado José Edmar, que hoje a quarta-feira dia de colheita das mercadorias que estão produzindo naquela região. ????? quinta-feira, o melhor dia para serem comercializadas na Ceasa, os produtores devem ter ido às suas propriedades rurais para providenciar que suas mercadorias sejam vendidas amanhã, a partir das 4h da manhã. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ EDMAR — Aceito as colocações do companheiro, porque sei que esses setenta produtores que aqui estiveram realmente são produtores rurais. Nada tenho, absolutamente, contra eles. Questiono, sim, os outros que não estiverem presentes nesta Casa e que estão com medo da CPI. Por que medo da CPI? A CPI não vai contra nenhum produtor rural. Aqueles que estiverem exercendo sua função agrícola, muito pelo contrário, terão aprovados os seus programas e um endosso da comissão para que se aprove um programa de assentamento, inclusive a titularidade de suas terras. Porque ter medo? Medo, sim, deve existir quando se manipula um programa, quando se obtém através de corrupção, de recursos ilícitos. Medo, quando se participa de uma distribuição de chácaras cooptando funcionários do governo.

Tenho aqui, em minha documentação, cartas nas quais me baseio para constituir esta CPI. Posso relatar para os srs. deputados uma carta, de próprio punho, feita pela sra. Helena Muci, quando coordenava o programa de assentamento na Samambaia. Ela diz, em um dos trechos: "A constatação desta problemática desnuda-se, seja pelas denúncias sistemáticas que nos chegam através de pequenos produtores que detêm a posse das áreas nos arredores de Taguatinga, Vila São José, Areai, Sobradinho, Núcleo Bandeirante etc, seja pela tentativa de cooptação de técnicos desta secretaria por instituições notoriamente vinculadas aos interesses dos grupos que se vêm apropriando dessas áreas para instalação de chácaras que em sua maioria, não detêm qualquer vínculo com produção rural. O que indica e destina estas chácaras como estância de lazer a custo de expropriação de numerosas famílias que garantem sua sobrevivência da pequena produção de subsistência e da venda dos excedentes".

Mais adiante, reforça a instalação desta CPI com a carta de fiscal de Zona Rural, do próprio punho. Tenho aqui uma xerox e posso passá-la a qualquer um dos companheiros parlamentares ou qualquer pessoa da imprensa que a deseje.

Concedo aparte ao nobre deputado Edimar Pireneus.

O SR. EDIMAR PIRENEUS — Sr. Presidente, sr. deputado, a situação da terra de arrendamento vem confirmar que esta é a forma mais apropriada para a nossa capital. O deputado está reivindicando uma CPI. Uma vez comprovado que ali, ao lado da Estrutural, não se instalou quem é produtor, a Fundação Zoobotânica poderá retomar as terras.

Essa é uma garantia para o povo de Brasília e devemos defendê-la. Entendo que só a aparência não é suficiente para fixar critérios, porque a existência de uma piscina não significa necessariamente lazer,

embora o produtor rural também mereça lazer. Acredito que devemos tomar a iniciativa de formar uma CPI, a fim de apurar a verdade. É importante e será o passo inicial para discutirmos a questão do solo. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ EDMAR — Agradeço ao nobre companheiro Edimar Pireneus, e continuo apresentando a V.Ex-s. carta de um fiscal da zona rural. Estava ele fiscalizando a zona rural quando foi tirado de lá porque contestava a exploração daquelas áreas. O cargo lhe foi tirado. Ora, como poderia ele fazer a fiscalização na zona rural? Logo em seguida foi lambem aposentado a bem do serviço público. Trata-se do Sr. Antônio Arruda Frota, matrícula nº 4609.1, lotado na Administração Regional de Taguatinga. Na carta que tenho aqui, escrita de próprio punho, ele relata ao Governador os fatos que, mais uma vez, confirmam a minha posição no sentido de manter a CPI já instaurada para apurar essas denúncias de corrupção e de distorção do programa de assentamento de produtores rurais.

Mais adiante, no dia 17 de junho de 1989, o jornal "Correio Braziliense" estampa matéria com a seguinte manchete: "Venda ilegal de terreno provoca crise em Brasília". Na mesma época o Secretário de Agricultura, Carlos Alberto Barros Reis, foi demitido do cargo porque queria abrir inquérito para apurar essas irregularidades. Agora vejam bem, companheiros: por que demitir o Secretário que queria apurar a verdade? Quero ver me demitirem, quero ver me tirarem o mandato que o povo me conferiu. Não há motivo para ter medo. Queremos a verdade, caros companheiros. É pena que meus amigos, produtores rurais como eu, não estejam aqui presentes.

E quero dizer mais. Tenho aqui uma relação de pessoas que estavam na Vila São José, como é o caso do Sr. Vicente Cristiano, há quinze anos naquela localidade. E posso levar V.Ex-s. para conheçam a chácara, que hoje tem outros donos, onde verão que a única coisa que destoa ali é uma antiga plantação de mangueiras do Sr. Vicente Cristiano.

Tenho aqui também uma relação de pessoas que, após dez, onze, quatorze anos, foram expulsas para Samambaia com a desculpa de que não eram produtores agrícolas, e suas chácaras foram dadas a pessoas com maior poder aquisitivo, de modo a poderem corromper algum fiscal.

Também tenho aqui uma carta escrita pelo Sr. Barros, da Administração Regional de Taguatinga, órgão fiscalizador, à Secretaria de Serviço Social, quando eu lá estava lotado e trabalhando para o Sr. Governador Joaquim Roriz. Foi quando tive oportunidade de receber esse documento em minhas mãos. Diz ele: "Vila São José — Observação: Existem 75 barracos dentro das chácaras medidas pela Fundação Zoobotânica, prejudicando a entrega a seus legítimos ocupantes." Quem são os legítimos ocupantes? Aqueles que estavam lá há 10 ou 15 anos, ou os que iriam chegar? Quem são os legítimos ocupantes, meus companheiros? Quem detém a posse daquela terra, meus companheiros? Segue-se, abaixo, os números dos cadastros para providência junto à Secretaria de Serviços Sociais, ou seja, esse é um pedido para que ela repasse lotes em Samambaia para essas pessoas, para que elas possam desocupar a área, a fim de que possa ser entregue aos "legítimos ocupantes" — entre aspas.

Meus companheiros, essa luta não é de agora, ela vem de tempos, e, graças a Deus, graças a uma resistência quase sobre-humana, conseguimos manter alguns produtores rurais naquela região. Por isso é que digo hoje que meu mandato, minha vida e a própria Justiça passam por cima da Vila São José, porque, se existe justiça nesta terra, ela também passa pela Vila São José. E não entendo como se pode fazer justiça expulsando aquele povo e dando aquela terra a alguns falsários, a alguns aproveitadores, a alguns que têm grosso calibre financeiro ou grosso calibre político, o que lhes permite se apoderarem da terra de um verdadeiro produtor rural fazendo-se passar por produtor rural, quando na verdade são meros especuladores imobiliários que querem aquela terra para lazer, num local destinado especificamente à produção rural.

Ouço a nobre Deputada Lúcia Carvalho.

A Sr^a. Lúcia Carvalho — Nobre Deputado, o Partido dos Trabalhadores já confirmou, com a sua assinatura no pedido de CPI, a necessidade que vemos de a terra se tornar pública no Distrito Federal. Os embates que estão ocorrendo aqui mostram que o problema da terra no Distrito Federal será polêmico. Tenho a certeza de que, embora sofrendo pressões, V.Ex^a. irá adiante na sua iniciativa de constituir uma CPI para apurar as denúncias feitas. Quero dizer, desde já, que, vindo a plenário essa proposição, estaremos votando em seu favor e buscando apoio também nas outras bancadas, a fim de que nenhum de nós tema que a questão seja colocada às claras. Também acreditamos que o trabalhador rural deve ter melhores condições de vida. Mas acho que o principal trabalho dessa CPI vai ser tornar públicas essas terras agricultáveis e que agora estão nas mãos daqueles que pretendem ter ali apenas mansões com finalidade de especulação imobiliária. Isto é fundamental, e nós, do PT, mais uma vez nos solidarizamos com V.Ex^a. Achamos que houve hostilidade hoje aqui por parte de alguns moradores da área, que inclusive fizeram denúncias no sentido de que V.Ex^a. estaria impedindo que eles realmente obtivessem seus lotes naquela região. Então, desde já hipotecamos a V.Ex^a. nossa solidariedade, porque sabemos das pressões que serão feitas, não só por parte daqueles que estão lá de forma irregular, como também pela área governamental. O que eles pretendem é que essas terras tenham um uso indevido. Portanto, desde já conte V.Ex^a. com a nossa solidariedade, não esmoreça, não enfraqueça na sua luta.

O SR. JOSÉ EDMAR — Muito obrigado, nobre companheira Lúcia Carvalho. Ouço também o companheiro Carlos Alberto.

O Sr. Carlos Alberto — Acredito que a iniciativa de V.Ex^a. tem o mérito de nos permitir fazer um levantamento global do Distrito Federal, neste momento em que estamos elaborando a Lei Orgânica, levantamento do uso indevido da terra, de loteamentos que evidentemente são ilegais, de pessoas que ocupam a terra sem ser produtores. Enfim, é todo um conjunto de situações que vamos precisar regularizar e corrigir. Então, espero que a iniciativa do nobre colega possa ser bem sucedida em nome da moralidade, em nome daquilo que nos trouxe para cá, que fez com que o povo depositasse sua confiança nos nossos mandatos. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ EDMAR — Muito obrigado, nobre Deputado Carlos Alberto.

Finalizando, Sr. Presidente, gostaria de levar ao conhecimento desta Casa que estou recebendo manifestações de toda ordem. Tenho recebido telefonemas querendo intimidar-me, mas também tenho recebido inúmeros e inúmeros cumprimentos de pessoas do povo por onde quer que eu passe parabenizando-me por essa iniciativa.

E quero dizer, mais uma vez, ao Deputado Satake, que é um produtor rural e defende a produção agrícola nesta cidade, que estarei sempre com ele. Não estou contra nenhum produtor agrícola. Muito pelo contrário. O que quero é que retomemos aquelas mansões e as entreguemos aos verdadeiros produtores agrícolas. Entreguemos, então, aos produtores da Vila São José, aqueles que não tiveram a oportunidade de ter suas chácaras demarcadas, mas que estão lá há 15, 20 anos.

Termino meu pronunciamento dizendo o seguinte: famílias são de lá despejadas sob ameaça. Isto está publicado em matéria de jornal, que cita exatamente a Vila São José, quando da tentativa feita pela polícia, junto com alguns interessados, fiscais de área rural, em expulsar o pessoal para entregar a terra a outros.

Nobre Deputada Lúcia Carvalho, não terei medo. Nunca me furtei ao meu dever. O nobre companheiro Pedro Celso falou aqui que enfrentou a Polícia.

Também já a enfrentei, também já tive de defender produtores rurais na Vila São José, desde a retirada daquela Vila para a Vila São José de Brazlândia. Há mais de 20 anos que acompanho aquela gente, e em nenhum momento trocarei o meu mandato por medo. A população de Brasília será testemunha e valorizará muito os nossos mandatos. Ela perceberá a valorização do Parlamentar, quando fizermos impor a

justiça sobre Brasília, quando mostrarmos os desmandos e corrupções ocorridos nesta terra. Os nossos mandatos, tenho certeza, Sr. Presidente e nobres Deputados, serão reconhecidos pela população de Brasília, desde que não tenhamos medo, enfrentemos a verdade, fazendo com que prevaleça sobre todos os modos escusos, desde que não deixemos que a corrupção predomine e que não continuem as injustiças sociais que existem em nossa Pátria.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) - Não havendo mais oradores, declaro encerrada a presente sessão, convocando os Srs. Deputados para a sessão ordinária de amanhã às 14h30min.

Está encerrada a sessão.

MESA

Presidente

Salviano Guimarães (PFL)

Vice-Presidente

Tadeu Roriz (PSC)

1º Secretário

Pedro Celso (PT)

99 Secretário

Ornelias (PL)

2º Secretário

Benício Tavares (PDT)

Suplentes

José Edmar (PTR)

Fernando Naves (PDC)